

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Beatriz Ferraça

Políticas públicas de gênero no Brasil: análise durante a pandemia da Covid-19.

**DOURADOS
JUNHO/2022**

Beatriz Ferraça

Políticas públicas de gênero no Brasil: análise durante a pandemia da Covid-19.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Silva do Monte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do(a) Profa. Dra. Déborah Silva do Monte.

**DOURADOS
JUNHO/2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F381p Ferraça, Beatriz

Políticas públicas de gênero no Brasil: análise durante a pandemia da Covid-19 [recurso eletrônico] / Beatriz Ferraça. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Débora Silva do Monte.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Políticas Públicas para Mulheres. 2. . 3. COVID-19. 4. . 5. Governo Bolsonaro.. I. Monte, Débora Silva Do. II. Título.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 08 de junho de 2022, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Beatriz Ferraça** tendo como título “**Políticas públicas de gênero no Brasil: análise durante a pandemia da Covid-19**”.

Constituíram a Banca Examinadora as professoras **Dr.^a Déborah Silva do Monte** (orientadora), **Dr.^a Thaisa Maira Rodrigues Held** (examinadora), **Dr.^a Janiffer Tammy Gusso Zarpelon** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: trabalho elogiado pela banca com recomendação para publicação.

Assinaturas:

Dr.^a Déborah Silva do Monte

Orientadora

Dr.^a Thaisa Maira Rodrigues Held

Dr.^a Janiffer Tammy Gusso Zarpelon

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Grande Dourados, por me proporcionar a oportunidade de fazer parte do curso de Relações Internacionais e somar à minha formação profissional uma gama enorme de conhecimentos e atividades proporcionados por uma equipe incrível de professores extremamente qualificados. Agradeço também ao CNPq e à Capes por financiar minha iniciação científica, que deu continuidade à construção desse trabalho. Viva à UFGD e à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Às mulheres da minha vida, minha mãe Luciane dos Santos Ferraça e minha irmã Bianca Ferraça, que sempre me ofereceram um apoio incondicional em todos meus sonhos e metas, foram os meus primeiros exemplos de mulheres fortes e determinadas, sem vocês eu não teria conseguido. Agradeço imensamente ao meu pai, Rinaldo Ferraça, pela presença e o afeto em todos os momentos da minha vida, por lutar incansavelmente para que eu tivesse o acesso à melhor educação possível.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Déborah Silva do Monte, pelas inúmeras oportunidades concedidas, por acreditar na minha capacidade intelectual, pelo apoio, pela paciência e pelos os conselhos durante todos nossos trabalhos realizados em conjunto. Gratidão eterna, para mim é um motivo de grande orgulho e satisfação ter sido sua orientanda.

Ao meu grupo de amigas da faculdade, Isabela, Isabele e Maria Tereza, por tornarem toda a experiência da universidade mais leve e divertida. Agradeço a todos meus amigos por toda a paciência em me ouvirem falar incansavelmente sobre meu tcc e por todo o apoio, pelo incentivo e por acreditarem em mim.

E por fim, dedico esse trabalho a todas as pessoas que lutam todos os dias por um mundo igualitário e livre de violências contra as mulheres. Meu muito obrigada a todas as mulheres que vieram antes de mim, vocês tornaram possível o caminho.

*Ao meu querido avô, José Xavier (in memoriam)
por me ensinar que a educação é o melhor
caminho para a independência e pelo o amor
incondicional.*

*me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além*

Legado - Rupi Kaur

FERRAÇA, Beatriz. **Políticas públicas de gênero no Brasil: análise durante a pandemia da Covid-19**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados/MS, 2022.

RESUMO

A construção de políticas públicas de gênero produzem mudanças efetivas na vida e no bem-estar das mulheres. Durante a maior crise sanitária do século XXI, o governo do Presidente Jair Bolsonaro agiu de forma negativa e polêmica na coordenação das políticas públicas do país. Este estudo tem como objetivo analisar quais foram os encaminhamentos das políticas públicas para as mulheres durante a pandemia da Covid-19, especificamente no que tange às políticas nacionais. Para isso, foi realizada uma análise do contexto de crise política, econômica e social do Brasil, que, por sua vez, no período da pandemia está sendo governado por um líder que desmantela políticas e desmobiliza o movimento de mulheres. Ademais, foram apresentados dados, pesquisas e estudos acadêmicos que fundamentam o tema ao longo da monografia e contribuem para a compreensão de como as políticas para as mulheres foram afetadas durante esse período.

Palavras-chave: Políticas Públicas para Mulheres; COVID-19; Governo Bolsonaro.

FERRAÇA, Beatriz. **Public gender policies in Brazil: analysis during the Covid-19 pandemic.** Undergraduate thesis (Degree in International Relations) – Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados/MS, 2022.

ABSTRACT

The construction of public policies to reduce impacts on women's lives and well-being. During the biggest health crisis of the 21st century, the government of President Jair Bolsonaro acted negatively and controversially in the coordination of public policies in the country. This study aims to study what were the announcements during public policies for women during the Covid-19 pandemic, specifically with regard to national policies. For this, an analysis of the context of crisis, economic and social in Brazil was carried out, which, in turn, in the period of the pandemic is being governed by a leader who dismantles policies and demobilizes the women's movement. In addition, research and studies were presented during the undergraduate thesis period and elaborated to understand how women's policies were analyzed during this period.

Key-words: Public policies for women; COVID-19; Bolsonaro government.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1: Crescimento do PIB real (% a.a.)	32
Figura 2: Alterações nos programas e nas ações orçamentárias 2019-2020	48
Gráfico 1: Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários por PT e PSDB (incluindo antipetistas independentes), 2002, 2006, 2010 e 2014 (%)	34
Gráfico 2: Orçamento das ações federais especificamente destinadas às mulheres 2019 a 2021	49
Gráfico 3: Orçamento da Casa da Mulher Brasileira 2019 a 2021	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PPA – Plano Plurianual de Aplicações
SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
PIB – Produto Interno Bruto
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
MMFDH - Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
OMS - Organização Mundial da Saúde
PPA - Plano Plurianual
SUS - Sistema Único de Saúde
STF - Supremo Tribunal Federal
ONU - Organização das Nações Unidas
OEA - Organização dos Estados Americanos
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
SNPM - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FHC - Referente à Fernando Henrique Cardoso
ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
RCB - Receita Corrente Bruta
UTI - Unidades de Terapia Intensiva
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PGR - Procuradoria-Geral da República

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: COMPREENDENDO O REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
1.1 A construção de políticas públicas	16
1.2 A abordagem feminista.....	18
1.3 O movimento feminista e as políticas públicas para mulheres no Brasil.....	22
CAPÍTULO 2: CONQUISTAS, QUEBRAS E QUEDAS.....	26
2.1 Políticas públicas para e pelas mulheres no Brasil: o que foi construído?.....	26
2.2 Econômica, política e social: crises e perspectivas sobre o Estado brasileiro.....	29
2.3 A situação do Brasil durante o cenário pandêmico da COVID-19: negacionismo do governo, impactos da doença e crise sanitária	39
CAPÍTULO 3: PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DURANTE A GESTÃO DE JAIR BOLSONARO	46
3.1 A gestão do governo de Jair Bolsonaro pré-pandemia	46
3.2 A análise das políticas públicas de gênero em tempos de COVID-19.....	52
3.3 O que vem a seguir? Prospecção de cenários.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

INTRODUÇÃO

Historicamente, o sistema patriarcal veio acompanhando a interação entre os Estados, a organização social foi moldada através da subordinação das mulheres, sempre estando em segundo plano, não podendo possuir seus próprios interesses, vontades e ações, sempre relacionadas ao ambiente privado, da casa, do marido, dos filhos. Essas metáforas dualistas hierarquizantes e excludentes de gênero construídas socialmente colocam homens e a figura masculina sempre vinculada à poder, autonomia, racionalidade e esfera pública e a feminilidade como algo de fraqueza, dependência, emoção e espaço privado. O patriarcado constrói uma zona onde mulheres estão sempre à margem das sociedades e privadas das suas liberdades, inclusive de não exercer sua cidadania (AGUIAR, 2011).

A resolução pacífica desses problemas dentro de governos democráticos está na construção de políticas públicas, essas são resultantes da atividade política que compreendem o conjunto das decisões e ações relativas de um Estado à alocação imperativa de valores (RUA, 1998, p.1). As relações entre sociedade civil e o Estado e a produção de políticas públicas estão interligadas, visto que grupos de interesse e movimentos sociais, possuem cada qual uma maior ou menor influência a depender do tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo (SOUZA, 2006).

Em democracias, a construção de políticas públicas de gênero produzem mudanças efetivas na vida e bem-estar das mulheres. No Brasil, a onda de demandas nas políticas públicas para mulheres se desenvolveu de forma mais intensa na transição entre o período final da ditadura e a reconstrução da democracia no país (FARAH, 2003). Contudo, com a eleição do governo Bolsonaro, a agenda de igualdade de gênero passou a ser combatida e com o avanço da pandemia, as mulheres ficaram mais expostas à vulnerabilidades (BIROLI; QUINTELA, 2021).

O presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar quais foram as mudanças dentro das políticas públicas de gênero durante a pandemia da COVID-19 no Brasil, tendo em vista que para além da crise sanitária, o país vem passando por uma crise econômica, política e social. A democracia representativa brasileira tem passado por muitos desafios nos últimos anos e a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 se deu através da sua construção como um líder de um movimento capaz de destruir políticas e políticos, com discursos de caráter misógino, xenofóbicos, racistas e repressivos, com um

populismo de direita. As resistências às mudanças provocadas pela sociedade moderna e a defesa da família, religião e nação – “pilares da sociedade tradicional” e o resgate da fé cristã fazem parte desse campo do conservadorismo moral desenvolvido para a construção da agenda política de Bolsonaro (SANTOS, 2020), utilizada posteriormente para esvaziar uma série de políticas públicas de gênero.

Defende-se neste trabalho que a incorporação de políticas públicas transversais de gênero levando em conta as interseccionalidades possibilitam a melhoria do bem-estar social de todas as mulheres. Essa pesquisa faz-se necessária, pois apresenta uma análise do que foi ou não feito durante a pandemia dentro da temática de gênero, o que aconteceu com as políticas públicas para as mulheres no âmbito federal e das instituições existentes e exatamente como isso se correlaciona com as crises que o Brasil está enfrentando. Por ser um trabalho com recorte temporal tão recente, há ainda poucas produções científicas que expõem essas tendências, principalmente sobre políticas públicas de gênero, sendo assim deve ser devidamente abordado e receber uma maior atenção. Dessa forma, expondo esses informativos, as mulheres, os movimentos sociais ou a quem interesse sobre essa problemática, tenha um acervo que explicita essas mudanças.

A aproximação com este objeto se deu por meio da realização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC CNPq/UFGD, no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, desenvolvendo o plano de trabalho “Os padrões de interação entre a sociedade civil e o Estado e a produção de políticas públicas no contexto da crise da democracia representativa”, através do qual foi possível observar os efeitos da crise da democracia representativa a partir de uma análise multifatorial, multinível e em diferentes esferas da política e se aproximar das políticas públicas gênero com o objetivo de conhecê-las e compreender quais os caminhos elas percorrem atualmente. Por meio de pesquisas em fontes primárias e a análise bibliográfica e documental em livros, artigos, periódicos e dados sobre o tema pretendo demonstrar de forma objetiva, quais políticas e iniciativas já vinham sendo construídas e quais sofreram alterações, sucateamento ou foram extintas durante o governo Bolsonaro, considerando o caráter conservador e neoliberal da sua agenda política.

Esta monografia está organizada em três diferentes capítulos. O primeiro capítulo aborda os conceitos de políticas públicas, feminismo e o desenvolvimento das políticas públicas de gênero no Brasil. O segundo capítulo apresenta quais foram até então as conquistas das políticas públicas para mulheres, contextualiza-se a crise econômica, política e social brasileira, e situa e descreve a situação da pandemia da COVID-19. No terceiro e

último capítulo pontuam-se as mudanças dessas políticas públicas através de evidências e análises documentais, quais as consequências práticas que esses esvaziamentos possuem na vida de milhões de mulheres e identificar as diversas possibilidades de modificar esse cenário.

COMPREENDENDO O REFERENCIAL TEÓRICO

Neste primeiro capítulo como ponto de partida desenvolvo o referencial teórico que perpassa todo esse trabalho de pesquisa, a fim de apresentar os conceitos de Políticas Públicas, a Abordagem Feminista e o início de uma articulação entre Políticas Públicas e Movimento de Mulheres no Brasil.

1.1 A construção de políticas públicas.

A vida em sociedade é regada de conflitos, sejam eles conflitos de opinião, de valores, de interesses. Para que a sociedade possa evoluir e para que os problemas sejam solucionados dentro dos limites administráveis, existe a política. A política compreende uma série de procedimentos destinados à resolução pacífica de conflitos envolto da alocação de bens e recursos públicos. Uma das resultantes das atividades políticas são as políticas públicas (RUA, 1998).

Este capítulo vai tratar do conceito de políticas públicas e expor como funcionam os seus trâmites, compreendendo que elas envolvem as atividades políticas e são ações revestidas da autoridade soberana de um Estado, ou seja, elas perpassam as inter-relações entre sociedade, Estado, economia e política. A formulação de políticas públicas em regimes democráticos expressam os propósitos dos planos eleitorais de programas e ações que serão realizados e produzirão mudanças na vida das pessoas.

Apesar de serem entendidas como ações/produtos governamentais (SOUZA, 2006), as políticas públicas são influenciadas, por grupos de interesse, pela mídia e pelos movimentos sociais, por exemplo, seja fazendo pressão para que suas demandas sejam aceitas ou demonstrando descontentamento com a forma que está sendo produzida. Dentro das diversas abordagens e definições de políticas públicas, a mais conhecida continua sendo a de Laswell que propõe que a análise de políticas públicas implica em responder às perguntas: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24).

De acordo com os pressupostos de Saravia (2007), as políticas públicas são:

um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão (SARAVIA, 2007, p. 28).

Para Saravia (2007) a explicação acerca da análise de políticas públicas na América

Latina advém da perspectiva que o funcionamento estatal e a dinâmica da administração pública esteve entrelaçada a sistemas jurídico-institucionais, dessa maneira para que a análise não seja limitada à considerações administrativas e jurisdições, é preciso auxiliá-la as pluralidades de variáveis do Estado, tanto nas suas relações com o internacional e o nacional. Ainda sob a ótica de Saravia (2007), as políticas públicas seguem sustentadas pelos autores por conceitos e características mais generalizadas, dependendo da sociedade específica para adquirir seu formato mais consistente.

As etapas do processo de política pública na América Latina podem ser definidas em seis grandes etapas: a formação da agenda, a elaboração, a formulação, a implementação, a execução e a avaliação (SARAVIA, 2007). O primeiro momento de cada processo é a definição de uma agenda, organizada como um jogo de poder onde se determina o que cabe ou não e o ordenamento de uns valores sobre outros. Esses interesses que se completam e são conflitantes ao mesmo tempo na formação das políticas públicas são o eixo central da democracia, por isso é importante ter regras e etapas no processo de políticas públicas, o cumprimento delas diminuem as chances de falta de transparência e corrupção durante sua concepção (PARADA, 2007). Deste modo, Saravia (2007) descreve a definição das agendas como um “conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de “problema público”, transformando-os em objeto de debates e controvérsias políticas na mídia”.

Após a definição de uma agenda, parte-se para o momento de elaboração, que consiste em reconhecer o problema ou conflito e delimitá-lo, elaborar diferentes alternativas para a solução, definir suas prioridades e avaliar os custos e efeitos da resolução deles. Consequente, a seleção da melhor alternativa cabe à formulação produzir uma declaração com a decisão, traçando todos seus objetivos e a formalização em norma jurídica, administrativa e financeira (SARAVIA, 2007, p.33).

A implementação é um passo essencial após a formulação, é a prática das políticas até então pensadas no processo decisório, é na implementação que se constitui o planejamento e organização material e tecnológico dos recursos para executar a política, ou seja, é o momento de por na prática os programas e projetos pensados para essa política pública. A execução é a etapa em que todo o conjunto de programas, projetos e ações são realizados de forma efetiva e a partir dele analisar a burocracia e os empecilhos que surgem, principalmente em oposição aos resultados (SARAVIA, 2007, p.33).

O acompanhamento e a avaliação segundo Saravia (2007) são partes essenciais para o processo de políticas públicas, a supervisão e a análise dos resultados produzidos ou não,

fornece maior fiscalização para fins de correção do que foi proposto na política pública. Nem sempre é seguida essa sequência à risca, porém todas as etapas se fazem presente em um processo.

1.2 A abordagem feminista.

Para compreender os estudos sobre o feminismo é preciso analisar historicamente como a legitimação da desigualdade de gênero ocorreu. Durante toda a construção da história da sociedade ocidental, o sexo feminino foi submetido à causalidade de situações desagradáveis, por exemplo dentro da mitologia e da religião, respectivamente na Grécia Clássica e na tradição judaico-cristã, Pandora e Eva expressam que as vontades e curiosidades femininas levaram a expulsão dos homens do paraíso, a punição deles, sinalizando a raiz do pecado original, causa das desgraças humanas (GARCIA, 2015, p.12).

Apesar da imagem da mulher ser intrinsecamente ligada ao ambiente doméstico e durante a era pré-industrial as atividades se concentravam nas terras férteis e na casa, os homens cuidavam da lavoura (muitas vezes com a ajuda da esposa), mas as mulheres também eram trabalhadoras produtivas para além da casa, das crianças e dos maridos, eram manufaturas, produziam roupas, velas, sabão. Contudo, conforme o processo de industrialização foi ocorrendo, a produção manufatureira se modificou da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a redefinir os modelos ideais de mulheres como esposas, mães e donas de casa. Dentro das fábricas elas poderiam até gozar de uma igualdade econômica (ainda que com as condições precárias de trabalho para ambos os sexos), mas em casas como esposas ficavam à mercê de serem serviçais de seus companheiros (DAVIS, 2016, p.52).

Na metade inicial do Século XIX foi crescente o número de descontentamentos das mulheres sobre suas realidades. As mulheres brancas donas de casa e as operárias começaram a se sentirem insatisfeitas com suas condições de trabalho, os baixos salários e começaram também de forma leve a debater sobre a instituição milenar do casamento ser opressiva, as primeiras feministas podem ter inclusive comparado o matrimônio a uma “escravidão”, esse contexto fez com que houvesse na época uma identificação da reivindicação dos direitos das mulheres ao movimento abolicionista. Contudo, entre as mulheres negras escravizadas, os arranjos econômicos da escravidão não condiziam com os novos papéis sexuais hierárquicos, a mulher escrava se manteve trabalhando integralmente na lavouras para seu proprietário, era vítima de abuso sexual e outros maus-tratos, ao invés

de ser vista como mãe protetora, dona de casa e esposa amável ao seu marido, as escravas eram consideradas anomalias para uso unicamente de exploração e ocasionalmente por conviência como reprodutoras e donas de casa (DAVIS, 2016, p.53).

O termo *feminismo* em si foi empregado nos Estados Unidos apenas em 1911 pela comunidade acadêmica e pode ser compreendido de forma ampla como:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2015, p. 13).

Para os movimentos feministas o gênero e o sexo são coisas distintas, sendo o gênero construído socialmente e não algo natural/fisiológico, o gênero cria formas de opressão, exclusão, exploração e dominação das mulheres e é isto que as feministas querem combater. O feminismo é uma teoria engajada, é uma teoria que quer transformar o *status quo*, tem uma ligação firme e de responsabilidade com a emancipação das mulheres (GARCIA, 2011). A construção do gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, por isso é tão importante destituir a dominação das masculinidades nos âmbitos social, político e econômico, as feministas utilizam de sua teoria normativa orientada para a práxis, para dessa forma por meio de ações políticas possam alterar essa desigualdade (COSTA, 2004).

O feminismo possui uma ontologia relacional, isso quer dizer que justifica que as relações opressoras de gênero criam dualismos hierarquizantes e excludentes os quais ao “masculino” dispõe-se todas as características positivas (são fortes, racionais, autônomos), enquanto as mulheres atribuem-se características negativas (frágeis, emotivas, confusas, dependentes) (SELIS; COSTA; SOARES, 2009). Por isso, o feminismo luta contra esse patriarcado que foi gerado para oprimir mulheres e servir favoravelmente aos homens.

O feminismo detém de alguns instrumentos conceituais chaves além do gênero e do patriarcado para explicar os fenômenos, sendo eles o androcentrismo e o sexismo. O androcentrismo tem uma ligação com a noção de patriarcado, reforçando a hierarquia masculina como natural, exemplificando que há uma tendência quase universal de que o “homem” é o centro do universo e representa a raça humana, a perspectiva masculina sobre as coisas, os estudos, as análises é o que vai ser perpassado para a sociedade, ou seja, é muito comum encontrar nos meios de comunicação, no cinema, nos símbolos, na medicina e na linguagem essas distorções, um exemplo é como popularmente é dito “a evolução do homem”, “o melhor amigo do homem”, “a conquista do homem no espaço”, o homem é colocado como sinônimo de humanidade (GARCIA, 2011).

O sexismo por sua vez é a discriminação a partir da crença de que homens são superiores às mulheres através de um conjunto de todos os métodos empregados do patriarcado para manter as mulheres na situação de subordinadas, inferiores e exploradas. Ou seja, o sexismo não é apenas os comentários, ações, expressões, piadas de cunho machista, mas sim existe em todos os âmbitos da vida e das relações humanas. O sexismo ignora as escolhas individuais em detrimento da binaridade que se estabelece, ele é tão imerso, socialmente construído e intrínseco que pode ser até reproduzido pelas próprias mulheres inconscientemente. O sexismo se encontra nas relações interpessoais e também está legitimado por meios institucionais, um exemplo disso é a desigualdade salarial entre homens e mulheres ou a dificuldade das mulheres de adentrar espaços antes majoritariamente dominados por homens como na política (GARCIA, 2011).

Essas conceituações ajudaram a montar o arcabouço acadêmico dos movimentos feministas, definir suas reivindicações e articulações nacionais e internacionais nos diferentes momentos históricos. As raízes das hierarquias sociais e de gênero estão no legado da construção do Estado moderno e do sistema internacional, o feminismo dentro do estudo das relações internacionais contesta as teorias tradicionais ao apontar que *o pessoal é político*, ou seja, a preocupação com a segurança das mulheres, os abusos e violências que elas sofrem, a desigualdade salarial, os condicionamentos sociais impostos às suas condições, todas as problemáticas que envolvem a opressão feminina e a ausência de direitos humanos é um problema de Estado (SELIS; COSTA; SOARES, 2009).

Desde 1970 os estudos de gênero começaram a ser desenvolvidos em faculdades norte-americanas, entretanto, a luta por igualdade de gênero e direitos veio muito antes disso. É compreensível que ao pensar na realidade de milhões de mulheres não exista apenas um viés feminista, mas sim há uma multiplicidade de mulheres com vivências diversas, em culturas diferentes. Nesse presente trabalho não vou analisá-las profundamente, mas vale a pena citar as principais correntes: feminismo com a interseccionalidade como categoria de análise, feminismo liberal, feminismo radical, feminismo negro, feminismo socialista/marxista e o ecofeminismo. A abordagem apresentada aqui se aproxima com o feminismo interseccional, entendendo que a interseccionalidade na política feminista significa identificar como as mulheres estão vivenciando a política global nas interseções de gênero, classe social e econômica, raça, sexualidade, indigeneidade, religião e muito mais (WIBBEN, 2016, p.67).

Para fins didáticos a história do feminismo dentro do sistema internacional é dividida em quatro “ondas”, existem alguns estudos que consideram apenas três, aqui será exposto

quatro ondas tendo em vista a coexistência de diferentes teorias e momentos históricos paralelos cada qual com suas especificidades. A primeira onda teve início no final do Século XIX, oriunda das ideias iluministas e reflexões sobre igualdade da Revolução Francesa e tinha como principal objetivo o sufrágio feminino, a participação na vida pública e política, as concepções sobre o matrimônio, o momento era de ascensão dos ideais liberais e universalismo, as mulheres defendiam que homens e mulheres por serem iguais (moralmente e intelectualmente) deveriam ter as mesmas oportunidades de trabalho, estudo, participação política (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Em contraponto, mulheres negras lutavam pela abolição da escravidão, porque para elas não cabia essa tal “liberdade” e eram consideradas propriedades ainda. Outro movimento que nasceu durante essa primeira onda foram as mulheres que incorporaram dentro da ascensão das teorias socialistas/marxistas a questão das proletárias, as más condições de trabalho, a prostituição, os salários baixos, o qual o capitalismo criou uma estrutura social de dominação que só podia ser resolvida através da luta de classes e da reorganização econômica (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

É durante a segunda onda feminista no Século XX, entre meados de 1960, e espalhando para vários contextos das décadas seguintes, que temos uma incorporação mais determinante na diferenciação entre sexo e gênero e um clímax das vertentes no desenvolvimento acadêmico, na movimentação social prática com inúmeras atividades coletivas como protestos, assembleias e associações, foi-se construindo uma base mais firme da teoria sobre a opressão, os debates sobre sexualidade e direitos reprodutivos por intermédio principalmente do feminismo radical. As feministas da segunda onda não dispensaram críticas ao matrimônio, maternidade, a violência sexual, enquanto as mulheres socialistas/marxistas debruçavam suas críticas mais firmemente na dupla/tripla jornada de trabalho, das diferenças dentro do mercado de trabalho e no sistema educacional (SILVA; CARMO; RAMOS, 2021).

Esse grande passo tanto de desenvolvimento científico e construção de uma base firme do movimento social ativo culminado as grandes mudanças da sociedade ocidental como a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética e da Guerra Fria, o neoliberalismo dominando as agendas políticas e econômicas modificando os padrões de consumo, o imperialismo cultural estadunidense ganhando mais força, os meios de comunicação ficando cada vez mais ágeis com a internet e as redes sociais, tudo isso deu início a terceira onda feminista. Entre a transição do Século XX para o Século XXI, encontramos as feministas mais jovens engajadas através de redes sociais (*Instagram*,

Facebook, Twitter, Youtube, blogs), há uma mobilização transnacional de pautas, muitas pautas antigas continuam sendo foco, contudo, essa terceira onda é conhecida teoricamente por ser pós-estruturalista e não acredita tanto somente nos significados das palavras e nos símbolos, mas sim estudar também as performances, os corpos, onde o gênero e os aspectos biológicos seriam construções sociais, pois a ciência foi construída grande parte por um olhar masculino.

Para Zirbel (2021), a terceira onda do feminismo foi um fenômeno que evidenciou a diversidade do feminismo:

Questões que eram pensadas em pequenos grupos (como os problemas atrelados ao capacitismo e ao etarismo ou enfrentados por pessoas trans e feministas comunitaristas e indígenas) entraram na pauta de variados grupos de feministas. As ferramentas teóricas possibilitaram um aprofundamento da análise das variadas e simultâneas formas de opressão vivenciadas por uma mesma mulher, assim como da questão das diferenças e da diversidade internas ao movimento feminista. As novas mídias, por sua vez, possibilitaram a disseminação dessas análises e ideias para além das fronteiras locais de uma maneira acelerada (ZIRBEL, 2021, p. 14).

Ainda não há um consenso teórico de quais essas ações são destinadas à terceira onda ou a quarta onda, todavia não tem como negar que a partir de 2010 vimos o ciberativismo ou ativismo virtual dominado pelas organizações feministas, a interseccionalidade se manteve como uma das maiores ferramentas de análises das mais diversas opressões. Há muitas estudiosas como Marlise Matos (2014) e Cecilia Palmeiro (2019) que apontam que a quarta onda feminista tem uma participação massiva latinoamericana. Como uma das criadoras do movimento feminista argentino *Ni Una Menos*, Cecilia Palmeiro, relatou para revista *Cult*: “Nossas palavras de ordem, “nem uma a menos”, foram traduzidas e usadas na Coreia e na Polônia. Estamos travando diálogo com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências e aprender umas com as outras”.

O coletivo *Ni Una Menos* foi formado em 2015 e tem atuado fortemente na promoção de políticas públicas e bem-estar social das mulheres argentinas e é um exemplo do ativismo feminista contemporâneo. Em um momento de instabilidade política, econômica e social durante toda a América Latina é de suma importância que os movimentos feministas desenvolvam trabalhos, coletivos, manifestações e pressionem os veículos de comunicação e a política sobre as necessidades das mulheres, pois em momentos de crise suas vidas são desproporcionalmente mais afetadas, principalmente a depender da sua raça, etnia, classe ou sexualidade.

1.3 O movimento feminista e as políticas públicas para mulheres no Brasil.

Em um primeiro momento durante a virada do Século 19 para o 20, o acesso à educação constava apenas para homens, foi em 1827 que surgiu a primeira legislação que tratava de escolas públicas para mulheres, o que antes era feito apenas dentro de suas casas, em conventos e raras escolas particulares e o ensino nesses espaços eram voltados apenas para atividades domésticas. A partir do Século 20 começou uma movimentação maior pedindo por direito a voto, ter mais espaço no mercado de trabalho e acesso ao ensino superior, uma dessas líderes foi Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (GARCIA, 2015).

Mesmo com todo impulso e pressão das mulheres ao longo dos anos, o voto no Brasil chegou somente em 1932 no governo de Getúlio Vargas e ainda com muitas restrições, mulheres divorciadas e que não possuíam renda própria não conseguiriam exercer sua cidadania. Foram muitos anos de luta e resistência, durante esse primeiro momento existiam duas predisposições para o curso do feminismo no país: o “bem-comportado”, defendiam o voto feminino porém com um caráter mais recluso e conservador, não questionando a opressão da mulher, e o “mal-comportado” constituído por intelectuais, operárias e anarquistas que além de reivindicar o voto, defendiam o acesso à educação, abordavam temas como divórcio e dominação masculina. Documentos publicados pelo Senado demonstram que para evitar que mulheres tivessem o direito ao voto, vários senadores e deputados recorreram a discursos depreciativos (Agência Senado, 2022).

Um desses discursos foi do deputado e pintor do quadro *Independência ou Morte*, Pedro Américo (PE), relatou:

A observação dos fenômenos afetivos, fisiológicos, psicológicos, sociais e morais me persuade que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. A mulher normal e típica não é a que vai ao foro, à praça pública nem às assembleias políticas defender os direitos da coletividade, mas a que fica no lar doméstico exercendo as virtudes femininas, base da tranquilidade da família e, por consequência, da felicidade social (Agência Senado, 2022).

Durante os anos de 1960 houve debates sobre a liberação sexual, mas o real fortalecimento do movimento se deu a partir dos anos de 1970. Ainda que o país estivesse vivenciando uma ditadura militar, muitos grupos ansiavam pelos seus direitos novamente e nesse período político de tanta repressão, os coletivos femininos se organizaram na realização dos Congressos da Mulher, o 1º Congresso em 1979 acontece em São Paulo e o 2º em 1980, este reuniu cerca de 4 mil mulheres, com 52 entidades participantes cujo o objetivo era debater o que era ou não ser feminista, não houve concordância entre os grupos o que acabou levando a dois eventos separados para a comemoração do Dia Internacional

da Mulher, em 8 de março de 1981 (PONTES; DAMASCENO, 2017, p.2).

No início da década de 1980, as mulheres estavam organizadas em todo o país em associações ou sindicatos, nem sempre eram apenas com o objetivo único da redemocratização, mas sim que abarcavam inúmeros temas das relações entre homens e mulheres. O período pós-ditadura militar e o processo de transição democrática destacou-se pela luta da institucionalização dos direitos humanos no país com a participação de inúmeros movimentos sociais, entre eles estava a bancada das mulheres com demandas amplas como: saúde da mulher, medidas de segurança, melhores condições de trabalho, cultura e participação política, discriminação pelo gênero. Por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi elaborada a “Carta das Mulheres”, que nasceu da campanha “constituente pra valer tem que ter palavra de mulher”,

Para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e à vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária (Carta das Mulheres, 1986).

Com sua participação foi desenvolvida a Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, texto-base utilizado até os dias de hoje para pleitear o ordenamento jurídico brasileiro. Cerca de 80% dos enunciados foram incorporados na constituinte, posteriormente utilizados para desenvolver a criação de outras leis e mudanças no código civil, penal, nas leis complementares, como Lei do Planejamento Familiar em 1996, a Lei Maria da Penha em 2006, Lei do Femicídio em 2015, entre outras (PITANGUY, 2018, p.52).

Após a efetivação da constituinte, a incorporação e compromisso com a redução da desigualdade de gênero era agora parte da agenda governamental e poderia ser atendida com programas mais abrangentes, além da produção de políticas públicas. Conjuntamente com o processo de democratização foi inserida a inclusão de novos atores nos processos decisórios, isso proporcionou a participação da sociedade civil nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, ou seja, em relação às mulheres, o que antes pertencia ao ambiente privado, agora era assunto de espaço público (FARAH, 2004).

Segundo a definição Marta Ferreira Santos Farah (2004, p.51), políticas públicas com recorte de gênero são as que “reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais

abrangente.” Assim, é importante que as políticas públicas não se restrinjam ao Governo Federal, mas que a inclusão da questão de gênero se dirija aos governos estaduais e governos municipais.

Farah (2004) aponta também cinco formas as políticas públicas podem ajudar a reduzir a desigualdade de gênero:

- 1) Reconhecer essa desigualdade e que ela pode e deve ser reduzida;
- 2) Incluir à agenda do governo no combate de “outras desigualdades” recortes de gênero;
- 3) Planejar planos de ações através de uma análise de como e onde essas desigualdades se manifestam e quais as consequências;
- 4) Após reconhecer como se manifestam as desigualdades de gênero é necessário identificar prioridades de ação previstas pela agenda de gênero, como por exemplo, programas de geração de emprego e renda;
- 5) E por último e não menos importante, é necessário adquirir um olhar de gênero para além das ações específicas, para todas as políticas públicas.

Com a nova agenda de reforma, as políticas públicas de gênero se tornaram mais “focalizadas”, isto é, buscaram pegar um segmento mais vulnerável que se torna até invisível em meio a outros, oferecendo serviços e ampliando a cidadania. Ao invés da noção de eficiência de gastos, que geralmente rege as políticas públicas, aqui se encontra uma chamada “discriminação positiva”. Recentemente, por exemplo, a focalização atenta-se a grupos mais marginalizados como mulheres negras, mães solteiras, meninas em situação de rua, chefes de família, mulheres que vivem da prostituição, vítimas de abusos (FARAH, 2004, p.133).

Em meio à muitas entraves, dificuldades orçamentárias e estruturais, é de suma importância analisar as políticas públicas de gênero, sejam elas políticas “focalizadas” ou políticas de direitos em uma perspectiva mais ampla. É claro a efetivação das mesmas dependem do recurso orçamentário disponível, da organização dos programas, do compromisso dos agentes públicos competentes, etc. Para tal desiderato, é indispensável que haja um diagnóstico do momento vigente e como ele afeta os trâmites das políticas públicas.

CONQUISTAS, QUEBRAS E QUEDAS

De acordo com o que já foi apresentado no capítulo inicial deste trabalho, os movimentos feministas tiveram papel de extrema importância para a construção de políticas públicas para mulheres, visto que dentro de governos democráticos a construção e implementação de políticas públicas ou programas é de suma importância para garantir qualidade de vida das mulheres e diminuir a desigualdade de gênero.

Conforme já desenvolvido anteriormente, o primeiro processo para construir políticas públicas que tenham em vista a igualdade de gênero é localizar onde existe e como se manifesta a desigualdade. Diante disso, as políticas públicas necessitam responder às demandas de grupos sociais mais marginalizados, geralmente mulheres mais vulneráveis e pouco organizadas, essas demandas são designadas para quem ocupa os espaços de decisão que influenciados por uma agenda política elaboram programas e políticas públicas.

Neste capítulo será exposto quais foram os programas e políticas públicas de gênero desenvolvidos no Brasil e será produzido um diagnóstico do momento de crise que o país se encontra. Destaca-se também, ao final do capítulo, elaborar o contexto histórico da COVID-19, como ocorreu o avanço da doença e quais foram as medidas adotadas pelo governo federal para o combate da pandemia no Brasil, com o objetivo de conter a crise sanitária e econômica que o país enfrenta.

2.1 Políticas para e pelas mulheres no Brasil: o que foi construído?

O movimento feminista no Brasil já havia conquistado alguns avanços de suma importância para as mulheres como o voto feminino em 1932, o direito à trabalho sem necessidade da autorização do marido, o direito à herança e solicitar à guarda dos filhos durante uma separação com o Estatuto Civil da Mulher (Lei nº 4.121 - ano de 1962), a Lei do Divórcio em 1979, houve também uma pressão do conhecido Lobby do Batom, movimento de mulheres composto por vinte e seis deputadas federais constituintes que fizeram pressão para que as demandas da “Carta das Mulheres” fossem incorporadas na Constituição de 1988 (SILVA; MESQUITA; TOKARSKI; ALVES, 2019). Na década de 1980 com a redemocratização e os movimentos sociais mais integrados na participação política, surgiram com mais vapor, no ano de 1983 é criado o fruto de uma articulação entre o movimento de mulheres e profissionais da saúde: o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), sendo ele o precursor da

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, PNAISM (SILVA et al., 2019), ainda nesse ano foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (FARAH; DINIZ; MARCONDES; YOUSSEF; SILVA, 2018).

Durante o ano de 1985, vários casos de violência doméstica ganharam repercussões midiáticas fazendo com que os estados pressionados com os movimentos de mulheres, criassem delegacias especializadas, como foi o caso de São Paulo, com a primeira Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) (SILVA et al., 2019). No nível federal, como Projeto de Lei, aprovado no Congresso Nacional, foi instituído em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, inicialmente era vinculado ao Ministério da Justiça e foi o primeiro grande órgão federal com participação do movimento de mulheres e dos diversos partidos, que ficou responsável pela promoção de políticas com o objetivo de combater a desigualdade de gênero (SILVA et al., 2019).

Ainda na esfera do Ministério da Justiça, foi criada em 2002 a Secretaria do Estado dos Direitos da Mulher (Sedim), contudo, em 2003, esta secretaria foi substituída pela Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres (SEPM), que passou a ser vinculada à Presidência da República, ganhando status de ministério. Isso foi muito importante, pois ao adquirir status de ministério, a SEPM tornou-se a instância responsável pela promoção e produção de políticas nacionais com o objetivo de melhorar a vida das mulheres, trazendo problemática de desigualdade de gênero para a agenda governamental (SILVA et al., 2019).

Contudo, em 2017, a SEPM perdeu seu status de ministério, pois foi vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, mudando para Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), o trabalho pautava em articular as políticas públicas para as mulheres entre a Administração Pública Federal e entre o governo federal e os estados e os municípios. Mesmo entendendo que não há hierarquias entre os organismos, a secretaria assumiu a responsabilidade de articular, elaborar e promover as políticas para as mulheres em nível nacional (SILVA et al., 2019).

A SNPM foi extremamente importante quanto ao arranjo institucional de associar a participação da sociedade civil, principalmente no que se diz respeito aos movimentos de mulheres, no debate com os órgãos da administração pública, desde de a formação da agenda até as outras etapas de produção das políticas públicas. Para que isso fosse feito, foram elaborados alguns planos nacionais de políticas para as mulheres (PNPM), através das conferências nacionais de políticas para as mulheres e monitorados pelo Comitê de Monitoramento do PNPM, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (SILVA et al., 2019).

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu em julho de 2004 e

mobilizou cerca de 120 mil mulheres para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, revisado nas conferências dos anos seguintes, em 2007 e 2013, documento esse que forneceu as orientações de desenvolvimento de políticas públicas para mulheres e que deveria ser utilizado pelos governos como um instrumento de trabalho (PONTES; DAMASCENO, 2017). Assim, orientados pelo PNPM, desdobrou-se os organismos governamentais de políticas públicas, ou, conhecidos como OPMs – Organismos de Políticas para Mulheres nos estados e municípios, podendo ser chamados de Secretarias, Subsecretarias, Gerências, Coordenadorias, Superintendências, entre outros, abrindo um leque de atuações que visam atender os mais variados assuntos que condizem a temática de gênero.

É relevante pontuar que os direitos das mulheres na legislação brasileira tiveram uma construção acompanhada ao contexto internacional, o Brasil é signatário de diversos acordos internacionais como: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW - 1979), o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing (1995), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará - 1994), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (SILVA et al., 2019, p. 43). Sob essa influência, em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi fundada no Governo Federal.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) foi o ponto de partida para uma reestruturação dessas políticas, através da secretaria que são desenvolvidas e elaboradas as políticas públicas para mulheres com uma ampla participação social. Seguindo os preceitos da Conferência de Beijing a SPM incorporou uma perspectiva *gender mainstreaming*, ou, conhecida no Brasil como transversalidade de gênero, isto é, uma estratégia que pensa na reorganização de políticas, setores e rotinas governamentais (FARAH et al., 2018) que visam a pauta da equidade de gênero de forma transversal, sejam elas políticas de saúde, educação, meio ambiente, sociais, entre outras (SILVA et al., 2019).

Com a criação da SPM, várias pautas políticas tiveram resoluções que abrangiam gênero, por exemplo, as políticas educacionais, que apesar de serem de responsabilidade do Ministério da Educação, a articulação aconteceu e produziram uma transversalidade de projetos de políticas educacionais com a perspectiva de gênero, entre eles estão Programa Mulher e Ciência, os cursos à distância – Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça (GPP-GeR). Outro avanço dentro da SPM foi na construção de uma Coordenação Geral de Diversidade, que teve como objetivo interseccionalizar a promoção de direitos à todas as mulheres, mulheres negras, idosas, indígenas, lésbicas, jovens e com deficiências (PONTES;

DAMASCENO, 2017).

Em 2003, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, passou a ser vinculado na estrutura da SPM, juntamente com outras secretarias: a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, e a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres (PONTES; DAMASCENO, 2017). Há de se destacar algumas ações legislativas que firmaram um compromisso com as mulheres, Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, que com a aprovação da Lei Complementar 150/2015, forneceram uma ampliação de direitos às trabalhadoras domésticas, como direito a Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), idade e tempo de contribuição, auxílio-doença, direito ao seguro-desemprego, salário-família, adicional noturno, adicional de viagens, direito à horas extra, salário-maternidade, aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, entre outros¹.

O Brasil é referência internacional em relação à legislação de combate a violência feminina, muito por conta da promulgação da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, ou como é popularmente conhecida, a Lei Maria da Penha. A Lei tem um arcabouço que prevê a erradicação e prevenção dos atos de violência contra as mulheres, incentivou a criação de mecanismos institucionais que coibissem os atos. Também a fim de condenar os crimes contra as mulheres pelo fato de ser mulher, foi criada a lei do feminicídio em 2015, considerando um crime hediondo e aumentando a pena para o executor. Juntamente com essas, encontramos outras políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, tais como as delegacias especializadas, já citadas acima, o Ligue 180 e Programa Mulher: Viver sem Violência (SILVA et al., 2019).

Outro projeto desenvolvido foi a Casa da Mulher Brasileira que visa reduzir a violência contra a mulher através da construção de um espaço de acolhimento e triagem, em um mesmo local, variados serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Além disso na Casa da Mulher Brasileira, as mulheres também seriam incentivadas a participar de cursos para alcançar sua independência financeira, já que muitas dependem financeiramente do agressor e isso as fazem permanecer na casa onde sofrem violências.

2.2 Econômica, política e social: crises e perspectivas sobre o Estado brasileiro.

Estudar a história do Brasil é ler as perspectivas das suas crises. Busca-se evidenciar

¹ PEC das Domésticas: 5 anos de uma conquista . Doméstica Legal. 2018. Disponível em: <<https://www.domesticalegal.com.br/pec-das-domesticas-5-anos-de-uma-conquista/>>. Acesso em: 26 de Mai. 2022.

brevemente as principais informações que nos levam a crer que o Brasil enfrenta um momento de crise dentro desses cenários. Não ignoro que cada leitor ou observador com sua própria lente teórica sobre determinado assunto pode descrever os aspectos ou entender os processos de uma forma distinta.

Tendo dito isso, situações críticas não necessariamente atuam de forma isolada, por exemplo, a cena política afeta os instrumentos econômicos que pode acabar não gerando de forma satisfatória o desenvolvimento e perpetuando a desigualdade social, e assim sucessivamente. A trajetória brasileira pós-ditadura, entregou uma concepção de que a existência de um regime democrático teria condições para reduzir as desigualdades sociais. A ciência política ainda tem respostas divergentes sobre essa sustentação, mas entende-se que se em uma democracia não gerar políticas suficientes para a redução de desigualdade, logo ela não vai produzir nenhum impacto na concentração de renda (ARRETCHE, 2018, p.2).

Ao mesmo tempo, as transformações em uma economia, a globalização, a estagnação de renda, o aumento de desigualdade, a queda de emprego, podem ser possíveis causas de uma crise democrática. Dentre os sinais que podemos estar vivendo uma crise incluem: o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais, o avanço de partidos e atitudes contra as minorias sociais e por último, o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública (PZREWORSKI, 2019).

No Brasil, tivemos só em meados de 1970 dados sistemáticos para medir a desigualdade, em que o Índice de Gini² permaneceu 0,6 entre 1976 e 1999, e iniciando somente a partir de uma queda que o trouxe para 0,53, ainda elevado se comparado aos outros países que detinham do mesmo nível de desenvolvimento do Brasil (COMIN, 2015, p.367). O cenário brasileiro constituído pela herança da ditadura como a crise econômica criou predisposição para que por meio de eleições diretas a sociedade aceitasse novos planos políticos econômicos. Elegeu-se em 1990 ao poder Fernando Collor de Mello, propondo uma abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização, seu governo seguiu as recomendações e diretrizes propostas no Consenso de Washington, implementando políticas econômicas de liberalizações e privatizações, tanto aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias (GENNARI,

² O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

2001).

O Plano Collor anunciado em 1990 vem com medidas de mudança de signo da moeda, criação do dólar livre para as operações de exportação, importação e transações nacionais, programas de privatizações, desregulamentações e supressão de subsídios, reformas administrativas, entre outros. Collor contava com o suporte de um círculo de poder para tomar suas decisões econômicas e políticas, detendo um grande apoio daqueles que o ajudaram a chegar ao poder, como elites locais, empreiteiras e banqueiros. A abertura econômica se deu através das medidas do Plano Collor, fazendo com que se instalassem grandes empresas no país. Em contrapartida a isso, o esvaziamento do poder sindical, o enxugamento dos gastos públicos e dos gastos sociais em função de assuntos de ajustes públicos fez com que houvesse uma perda de autonomia e poder decisório de atuação do Estado, fomentando um desemprego estrutural (GENNARI, 2001).

Como sucessor de Collor, o governo de Fernando Henrique Cardoso manteve o plano neoliberal como política econômica do país, nisso já podia notar algumas características da abertura comercial sem controle em relação ao investimento de capitais estrangeiros. A desnacionalização da economia e o déficit na balança de pagamentos demonstram a vulnerabilidade do país ao capital estrangeiro, este que foi responsável pela destruição das indústrias nacionais que não acompanharam a concorrência internacional. Por fim, o território nacional serve como uma arena para indústrias estrangeiras, a subordinação, dependência externa, privatização do setor produtivo estatal, destruição parcial da indústria brasileira e muitas outras consequências (GENNARI, 2001).

No que se trata das políticas econômicas no governo FHC, havia uma série de referências ideológicas divergentes, economistas desenvolvimentistas e economistas liberais, dentro de um mesmo governo que implicaram em contradições internas. Na perspectiva dos economistas liberais a adesão prática às teses do processo de globalização ganharam força, juntamente com as prioridades de preocupação com a inflação. A política econômica de FHC pautava-se em: política fiscal, monetária, privatizações e abertura econômica. Em respostas ao passado, os economistas liberais articularam uma política que pretendia modernizar a economia brasileira, vendendo empresas estatais federais e empresas públicas, como da telefonia fixa e energia elétrica, abrindo assim setores para uma participação maior de capital estrangeiro. Para que esse projeto acontecesse foi necessária uma estratégia política bem articulada com grupos de poder que tornassem viável sua execução no Congresso Nacional através da aprovação de reformas constitucionais (JÚNIOR, 2008).

Em contrapartida, os economistas desenvolvimentistas, com fortes influências da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) tinham suas pautas políticas voltadas para a realidade social e econômica de regiões subdesenvolvidas. Estes compuseram as pastas de gestão social como o Ministério da Educação e o da Saúde (JÚNIOR, 2008). Se posicionavam como críticos ao modelo de substituição de importações e possuíam resistência à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, pois esse modelo enxergava o Estado como uma máquina ineficiente e presa aos interesses corporativos das empresas estatais e dos setores sindicalizados da burocracia (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

No contexto de dominância financeira de acumulação, as reformas do governo de FHC resultaram na inserção subordinada do Brasil na economia mundial, criando uma nova forma das relações de dependência. O país se tornou refém das constantes ameaças de fuga de capital e crises cambiais, das exigências e condições dos empréstimos do FMI, além da fração bancário-financeira do capital (bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de rating) possuírem influência e hegemonia dentro de um dos principais blocos de poder do Estado: o banco-central (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O período entre os anos de 2003 e 2008 foram marcados pela retomada do crescimento econômico do país, neste período constava a gestão de Lula. O processo de desenvolvimento econômico do seu plano contou com diversos investimentos para a acumulação de capital, o crescimento do produto per capita com estabilidade de preços, a melhoria na distribuição da renda, inclusive com redução da miséria, e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)³ que foi da ordem de 4,2% a.a. A recuperação da economia permitiu avanços na distribuição de renda e na queda da pobreza, o que ampliou o mercado consumidor brasileiro (CURADO, 2011, p.92).

O governo Lula foi precedido pela estabilização da moeda e seguiu o padrão da economia ortodoxa, manteve o sistema de metas de inflação, com o Banco Central e a política fiscal operando sobre a sustentabilidade da dívida pública, superávits e câmbio flutuante. O governo ainda contemplava a fração bancário-financeira, a expressão deste segmento é vista nas taxas de juros elevadas a fim de combater a inflação. Sabe-se também dos impactos nas políticas sociais para o desenvolvimento econômico como na criação do Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida, do PAC (Programa de Aceleração do

³ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. O PIB não é o total da riqueza existente em um país, isso é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo. FONTE: IBGE

Crescimento), aumento do salário mínimo, entre outros. Este governo teve um grande desempenho graças ao contexto internacional e o aumento do preço das *commodities*⁴ que conduziam a exportação brasileira, o PIB crescia cerca de 4,1% ao ano e houve a expansão do mercado interno (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Partindo desse contexto houve a queda no percentual de desemprego no país, revelando um marco histórico de menor índice de desemprego já registrado⁵. Além disso houve a redução de informalidade, mais carteiras assinadas e mais direitos trabalhistas assegurados, estima-se que esses números são resultados desses programas sociais desenvolvidos. Com isso, geraram empregos formais, asseguraram direitos trabalhistas e a moradia, o que contribuiu para uma melhor distribuição de renda e redução da pobreza, desconcentrando a renda e alterando a lógica da acumulação, principalmente tendo em vista o aumento nos salários mínimos pagos fazendo com que o capital circulasse (CURADO, 2011).

Ademais, a melhor distribuição de renda constituiu uma ampliação no mercado consumidor, o que foi crucial após o cenário mundial de 2008 marcado pela crise sistêmica, não impediu que o Brasil continuasse o crescimento de sua economia. Outra questão referente ao contexto global foi que o país passou a ser um exportador mais centrado em *commodities*, perdeu espaço na exportação industrial principalmente a de alta tecnologia, essa mudança se deu pela alteração de destinos dos produtos exportados e a redução de competitividade que havia nesse setor. As consequências dessa política foi uma maior dependência para com o mercado externo, e a preocupação com os preços dados às *commodities* (CURADO, 2011).

Apesar da grande evolução da dívida pública, foi mantida uma arcaica estrutura tributária, pois no plano fiscal, não foi realizada uma reforma tributária. Com todas as variáveis aqui apresentadas compreendemos que a falta de coordenação entre política monetária e política fiscal produziu elevadas taxas de juros reais durante o governo e não houveram providências necessárias para evitar os efeitos danosos da valorização da moeda sobre a competitividade externa. Apesar dessas problemáticas, o governo do presidente Lula contou com um cenário internacional favorável até 2008 e obteve através de políticas

⁴ Plural de commodity. Referente a produtos de matéria-prima produzidos em larga escala de baixo valor agregado e não sofrem alterações após a extração. Produtos como: soja, café, milho, açúcar, carne bovina, entre outros.

⁵ Lula comemora recorde de baixa da taxa de desemprego. G1 Globo. 2010. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2010/12/lula-comemora-recorde-de-baixa-da-taxa-de-desemprego.html>>. Acesso em: 11 de Mai. 2022.

públicas implementadas em sua gestão resultados positivos para a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico, colocando o Brasil na mira de grandes alianças internacionais e ocupando espaços nesses cenários (CURADO, 2011).

No conseqüente governo de Dilma houve uma desaceleração do crescimento econômico no seu primeiro mandato até uma recessão a partir de 2015, primeiro ano do seu segundo mandato. De acordo com os economistas isso ocorreu devido à condução da política fiscal, as explicações na orientação ortodoxa⁶ expõe que foi por conta da tese do descontrole, onde o Estado participaria do crescimento econômico o que justificaria a condução de uma política fiscal expansionista, o resultado disso foi um aumento descontrolado dos gastos públicos e à deterioração da situação fiscal, gerando déficits primários crescentes e o aumentando a dívida pública que levou à redução na confiança dos agentes econômicos, estes parando de investir e, conseqüentemente, à recessão (CHERNAVSKY; DWECK; TEIXEIRA, 2020, p.812).

Já no campo da heterodoxia⁷, antagônico a proposta acima, aposta da tese da inflexão, apostando que decisões de política fiscal de inspiração ortodoxa tomadas pelo governo Dilma teriam levado à queda dos gastos, principalmente dos investimentos públicos, afetando a capacidade de indução da política em um modelo de crescimento puxado pela demanda (CHERNAVSKY et al., 2020, p.812). Seja qual for a resposta dada a crise, a desaceleração foi confirmada com os dados do PIB nos anos do mandato da presidente, em 2010 a economia crescia 7,6%, vindo a desacelerar em 2011/2014 para 2,4% a.a. em média; e já em 2015-2016 a economia entrou em recessão, com crescimento negativo médio de -3,7% a.a., sendo puxada para baixo tanto pelo setor industrial como pelo de serviços como demonstra a tabela abaixo (PAULA; PIRES, 2017, p.126).

Figura 1 - Crescimento do PIB real (% a.a.)

⁶ Em resumo, a corrente econômica ortodoxa é aquela que compartilha do programa de pesquisa neoclássico, definido a partir de um núcleo duro de proposições e formado por alguns princípios básicos, como a racionalidade econômica, equilíbrio dos mercados como norma ou “ponto de referência” para o funcionamento do sistema econômico, entre outros.

⁷ Já os economistas heterodoxos são aqueles que discordam da ideia de que o núcleo duro de um programa de pesquisa deva ser construído a partir dos princípios da maximização e do equilíbrio dos mercados (ainda que este seja entendido como um simples ponto de referência). Se contrapõem à diretriz ortodoxa.

Tabela 1 – Crescimento do PIB real (% a.a.)

	PIB	Agricultura	Indústria	Serviço
2001	1,4	5,2	5,4	2,1
2002	3,1	8,0	15,2	3,1
2003	1,1	8,3	4,6	1,0
2004	5,8	2,0	-0,5	5,0
2005	3,2	1,1	6,8	3,7
2006	4,0	4,6	6,5	4,3
2007	6,1	3,2	2,9	5,8
2008	5,1	5,8	4,1	4,8
2009	-0,1	-3,7	-2,1	2,1
2010	7,5	6,7	14,9	5,8
2011	3,9	5,6	3,3	3,4
2012	1,9	-3,1	-2,1	2,9
2013	3,0	8,4	-3,0	2,8
2014	0,5	2,8	-1,5	1,0
2015	-3,8	3,6	-6,3	-2,7

Fonte: IBGE.

Fonte: IBGE apud PAULA; PIRES, 2017, p.126.

Para além do cenário nacional, o governo Dilma foi marcado pela piora no crescimento da economia mundial por conta da fraca recuperação norte-americana à crise, à crise do Euro e a desaceleração dos países emergentes, onde a taxa de crescimento médio da economia mundial caiu de 5,1% em 2010 para 3,8% em 2011, 3,3% em 2012, 3,1% em 2013, e 3,1% em 2014. Apesar das incertezas quanto ao equacionamento da situação fiscal, em 2016, o então Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa desenvolveu uma agenda de medidas que buscava tentar criar uma consolidação fiscal para tentar reverter o aumento nos gastos públicos, mas não foi possível implementar nenhuma agenda devido ao momento caótico de crise política no país (PAULA et al., 2017, p.129-134).

Não é uma certa novidade ligar a televisão ou acessar as redes sociais e dar de cara com algum escândalo político no Brasil. Desde o impeachment de Fernando Collor de Mello, as conivências com a corrupção e caixa-dois das campanhas do FHC, o escândalo do Mensalão, todo o envolvimento do impeachment da presidente Dilma, as operações da Lava Jato, a prisão do ex-presidente Lula, esses e outros acontecimentos demonstram que a vida política brasileira está longe de não ser controversa e polêmica. Essas repercussões deram seguimento ao processo que o Brasil enfrenta de descrença com o funcionamento da democracia representativa.

O retrocesso democrático funciona como um processo gradual de desgaste das instituições e das normas da democracia. De acordo com Adam Przeworski (2020), é de extrema importância mensurar o quanto uma democracia está consolidada na troca de governos por meio de eleições, e também se atentar para a intensidade das divisões sociais:

tanto da quantidade da polarização quanto a hostilidade entre os adeptos de diferentes soluções políticas. O autor discorre que há três sinais de que um país pode estar vivendo uma crise política, são eles: o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais, o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas e, por último, o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública.

No caso do Brasil, o último sinal não é concludente porque apesar dos pesares segundo as pesquisas de opinião, o apoio à democracia permanece sólido, o Datafolha levantou entre os dias 13 e 15 de setembro de 2021, e 70% dos entrevistados pelo instituto consideram a democracia como o melhor regime de governo para o país, essa é a segunda maior percentual observada desde 1989⁸. Entretanto, quanto ao rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais, temos com a Operação Lava Jato a exposição de uma corrupção que perpassa os partidos e as instituições e temos com o aprofundamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff uma descrença dos partidos tradicionais – PT e PSDB – na escolha dos candidatos à presidência (BORGES; VIDIGAL, 2018).

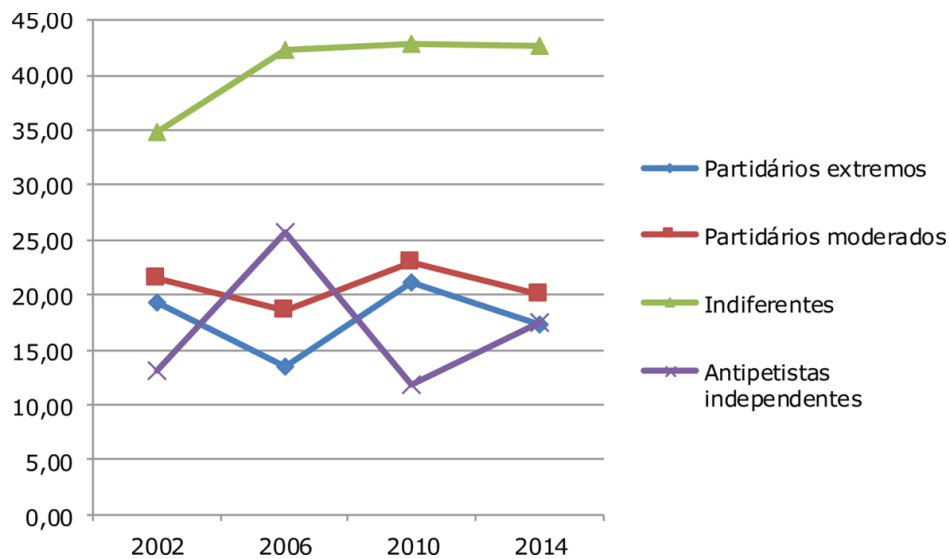
Há várias perspectivas sobre a identificação partidária em democracias relativamente novas, como é o caso do Brasil, os partidos políticos podem ser selecionados por um sentimento de apego pessoal, afetivo, proximidade com os grupos sociais vinculados às partes ou a identificação partidária pode ocorrer como uma heurística que captura eficientemente a correspondência entre as plataformas do partido e as preferências políticas do indivíduo (BORGES et al., 2018). Mas e quanto à dissociação do indivíduo ao partido? Isso ocorreu com os crescentes escândalos de corrupção, um sentimento de antipetismo, as pesquisas feitas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) realizadas nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014 e analisadas por Borges e Vidigal (2018), entendem que crescimento do antipetismo está muito mais relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT – o que impacta a reputação do partido – do que unicamente a um crescimento de partidos da direita conservadora.

No gráfico a seguir, podemos analisar essas nuances. O crescimento percentual de simpatizantes do PT em 2010 seguiu o período de conquistas e boa configuração econômica com Lula à frente do governo, e posteriormente, em 2014, como o escândalo do Petrolão e a piora da economia brasileira levaram a um aumento do antipetismo.

Gráfico 1. Composição do eleitorado, conforme a intensidade dos sentimentos partidários

⁸ Datafolha: 70% dos brasileiros apoiam a democracia. GAZETA DO POVO. 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/república/breves/datafolha-70-dos-brasileiros-apoiam-a-democracia/>>. Acesso em: 16 de Mai. 2022.

por PT e PSDB (incluindo antipetistas independentes), 2002, 2006, 2010 e 2014 (%).



FONTE: Eseb 2002, 2006, 2010 e 2014 apud BORGES; VIDIGAL, 2018, p.66.

Apesar do eleitorado antipetista ser bastante heterogêneo, não apresentando perfil ideológico claro e os dados apresentados se mostrarem contrários à hipótese de uma associação entre o antipetismo e o crescimento da direita, o Brasil ainda sim é um país com uma sociedade essencialmente conservadora e que ganhou espaço político nos últimos anos. Para Adam Przeworski (2020), o avanço do populismo de direita é mais um sinal de que podemos estar enfrentando uma crise, esses partidos ou líderes, promovem ataques diretos ao que está proposto no governo em vigência, salientando que o “povo” não se sente representado, nem ouvidos pelas decisões, que os “outros” políticos são corruptos e agem em defesa de interesses pessoais, e que isso só chegará ao fim apenas se eles forem eleitos ou ascenderem ao poder. Toda essa logística acaba sendo um grande ponto de partida em crises democráticas.

Estar vivendo uma crise não significa necessariamente que vai parar de funcionar, contudo, significa que as instituições podem entrar em colapso se quem que faz com que elas funcionem deixem de agir segundo as regras que são pré-estabelecidas sobre seu funcionamento, ou seja, ela se torna imprevisível pois não se sabe através de quais regras certos resultados foram obtidos, não há transparência sobre como e o que está sendo realizado (NOBRE, 2020, p. 12). Uma crise da democracia pode ocorrer através de um processo de *subversão sub-reptícia*⁹, que seria um desgaste ao regime democrático oriundo de medidas discretas, que isoladas ou em termos abstratos poderiam ser justificadas como compatíveis com as normas democráticas. É pensar a desconsolidação democrática sem

⁹ Termo desenvolvido por Adam Przeworski em seu livro “Crises da democracia”.

precisar necessariamente envolver violações da Constituição, cada passo pode ser dado em conformidade com a lei, usando de mecanismos legais existentes em regimes democráticos para fins antidemocráticos (PRZEWORSKI, 2020).

Isso pode acontecer devido ao mau funcionamento dos freios e contrapesos, fazendo com que diferentes poderes do governo sejam controlados pelo mesmo partido ou por partidos com interesses em comum, ou seja, tribunais, órgãos públicos (incluindo agências de segurança), a mídia estatal e privada, todos os mecanismos sejam constitucionais ou comuns, podem ser configurados segundo interesses partidários, intimidados ou contornados. É importante salientar as diferenças entre o que é “inconstitucional” e o que é “antidemocrático” (PRZEWORSKI, 2020).

Alegações “inconstitucionais” costumam ser de ampla compreensão, são adjuntas a declarações de que algum estatuto ou ação do governo que viola a Constituição. Enquanto as alegações “antidemocráticas” são mais permissivas, porque os tribunais são órgãos formados, suas decisões são tomadas por pessoas nomeadas por políticos. Há uma noção geral de que não realizar as eleições previstas no calendário ou cometer fraudes evidentes são violações das normas democráticas, contudo, o indicador primordial o que exatamente seriam práticas antidemocráticas são pouco cristalizadas e divergem mais ainda de partido para partido. Muitas vezes são colocadas intenções como antidemocráticas, mas não há como analisar intenções de forma objetiva (PRZEWORSKI, 2020).

Os reveses de uma crise política onde há ascensão no poder de governos de ideologias conservadoras, e instabilidade econômica onde há um orçamento reduzido e focado numa óptica exclusivamente economicista, sem viés de diminuir as desigualdades sociais, desdobra numa agenda que fica alheia à investir em educação de qualidade, em ter preocupação sobre o meio ambiente, em seguir os tratados internacionais de direitos humanos que visam diminuir a desigualdade social. Isso refletiu nas mobilizações populares de 2013, importantes de acordo com AVRITZER (2016) para essa virada de chave no sistema político, onde grupos conservadores voltavam às ruas novamente desde 1964.

O declínio dos governos de esquerda e o fim da “onda rosa” podem ser explicados pelos escândalos de corrupção nos países e pela ruptura do status quo social, econômico e cultural que adivinham das políticas de diversidade (QUINTELA, 2020, p.4 *apud* ALMEIDA, 2019, p. 186). Estudos recentes demonstram que as políticas de gênero e diversidade sexual tiveram uma responsabilidade expressiva nas reações de movimentos conservadores, tal como uma politização reativa de diminuir ou frear os avanços sobre uma justificativa moralista de valores tradicionais (QUINTELA, 2020, p.4).

É nesse contexto que nasce a construção do “mito” através da internet, Bolsonaro surge nas redes para se promover como um político conservador, se aproximando dos seus semelhantes, construindo um espaço de ataques à tudo que fosse contra a moralização política (QUINTELA, 2020). É esse o cenário que o Brasil se encontrava antes de uma pandemia, um país impulsionado por uma desigualdade social, uma recessão econômica e uma eleição de um líder pré-disposto a dismantlar políticas que iriam contra os seus valores pessoais.

2.3 A situação do Brasil durante o cenário pandêmico da COVID-19: negacionismo do governo, impactos da doença e crise sanitária

O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 e teve seu primeiro caso no final de 2019, na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China. Se tratava de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, já haviam sido identificados outros seis coronavírus ao longo dos anos: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV e o MERS-COV¹⁰. Entretanto, no dia 11 de março de 2020, a OMS caracteriza a COVID-19 como uma pandemia, visto que a doença atingiu níveis mundiais, afetando um grande número de pessoas, com uma escala maior de disseminação da doença (OPAS/OMS).

Dentre todas as adversidades que o Estado brasileiro se encontrava, durante o carnaval do ano de 2020, ouvíamos falar do primeiro caso do vírus aqui no país no dia 26 de fevereiro em São Paulo. A primeira morte ocorreu em 12 de março¹¹, a vítima foi uma mulher de 57 anos, de São Paulo também. Desde então, até a presente data da elaboração deste trabalho, o Brasil contabiliza aproximadamente 30,8 milhões de casos registrados e mais de 666 mil óbitos¹² até o dia 28/05/2022. O desempenho do Brasil frente à pandemia foi fraco, lento, repleto de desinformações, tensões políticas e muita irresponsabilidade, fazendo com que o país fosse epicentro da doença em maio de 2020, contando com mais de mil mortes diárias¹³ e em março de 2021 com 90.830 pacientes diagnosticados e 3.149

¹⁰ Dados fornecidos pela OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹¹ Primeira morte por coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, diz Ministério da Saúde. G1. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/27/primeira-morte-por-coronavirus-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco-diz-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹² Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹³ Brasil: o novo epicentro da pandemia de coronavírus?. BBC Brasil. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620/>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

mortes em um único dia, o maior número registrado no país desde o começo da pandemia¹⁴.

É inquestionável como a pandemia modificou a vida de todos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendava às medidas de isolamento social e expostos às nossas vulnerabilidades, tivemos que nos adaptar, ou seja, todas as atividades simples do dia-a-dia e necessidades básicas agora podiam ser realizadas das mais diversas formas emergenciais, a fim de seguir a rotina diante de uma situação imprevisível: home office, aula remota, lives, sistema EAD (educação à distância), deliverys, compras online através de aplicativos, exercícios em casa, entre outros. A angústia em não saber o que viria no depois e a impermanência da vida, afetou não apenas os corpos, mas as mentes de muitas pessoas, agravando quadros já existentes e desenvolvendo novos transtornos (AGRA, 2021, p.7).

Contudo, aqui no Brasil, enfrentamos também graves problemas de governabilidade por parte do então presidente Jair Bolsonaro que desde o início se demonstrou contrário ao isolamento e todas as outras demais recomendações e orientações de especialistas da área quanto às questões sanitárias (BEZERRA, 2021, p.74). A princípio, inclusive, o presidente foi relutante quanto à própria existência da doença, reduzindo a ser apenas uma “gripezinha”¹⁵, ou então, quanto ao aumento de casos desenfreados, se negava a adotar as medidas da OMS e de especialistas, justificando que não tinha o que fazer: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”¹⁶.

O comportamento negacionista posterior do presidente sobre a COVID-19 foi em incentivar o uso indiscriminado da cloroquina¹⁷, hidroxicloroquina¹⁸ e da ivermectina¹⁹

¹⁴ Por que o Brasil voltou a ser o epicentro global da pandemia de Covid-19. Olhar Digital. 2021. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/2021/03/22/medicina-e-saude/por-que-o-brasil-voltou-a-ser-o-epicentro-global-da-pandemia-de-covid-19/>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹⁵ 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. BBC Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹⁶ 'Sou Messias, mas não faço milagre', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus. CNN Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/e-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus/>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹⁷ A cloroquina é uma substância sintética desenvolvida na Alemanha ainda na década de 1930 como um remédio para a malária. Diferentemente da covid-19, que é uma doença viral, a malária é causada por protozoários, transmitidos para os humanos por picada de mosquito. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/24/Qual-a-cronologia-cient%C3%ADfica-da-cloroquina-na-pandemia>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹⁸ Uma versão menos tóxica da cloroquina, a hidroxicloroquina, foi criada em 1946 e posteriormente aprovada para uso em pacientes também com lúpus e artrite reumatóide. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/24/Qual-a-cronologia-cient%C3%ADfica-da-cloroquina-na-pandemia>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

¹⁹ Antiparasitário utilizado para combater verminoses e parasitas, como piolhos, pulgas e carrapatos, em animais e seres humanos. Ele atua no sistema nervoso central dos vermes e parasitas, provocando paralisia, e costuma ser usado em dose única. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/ineficaz-uso-ivermectina-tratamento-covid-19-complicacoes/>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

como tratamento precoce, ou, mais conhecido como “Kit COVID”, mesmo as comunidades médicas e científicas sendo enfáticas que não haviam comprovações da eficácia do uso dos medicamentos em casos do novo coronavírus (CAPONI; BRZOWSKI; HELLMANN; BITTENCOURT, 2021, p.84). Mesmo após todas as contraindicações, o Ministério da Saúde em maio de 2020 publicou um protocolo que ampliava a utilização da cloroquina, juntamente com a azitromicina, um antibiótico, em casos leves da doença, a decisão contrariava as Diretrizes para o Tratamento Farmacológico da Covid-19²⁰ e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que divulgou nota reportando que a decisão do Ministério da Saúde não teve participação técnica e não foi de comum acordo entre federação, estados e municípios²¹.

Essa e outras tomada de decisões baseadas em *fake news* espalhadas ao longo do período da pandemia, não somente no Brasil, mas também em todo o mundo repercutiram de uma forma preocupante para ONU, que desenvolveu um projeto chamado “Equipe Halo” com o objetivo de compilar informações verdadeiras ofertadas através das redes sociais por cientistas e profissionais da saúde do mundo todo para combater toda a desinformação sobre o vírus e as vacinas da COVID-19. Ademais, no âmbito nacional, durante muitas vezes havia um certo receio sobre a veracidade e atualização dos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, devido ao fato de que durante a pandemia houve uma intensa dança de cadeiras, trocando de ministros quatro vezes: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e, até o presente momento, Marcelo Queiroga.

As trocas constantes de ministros de forma demorada e com falta de transparência nas decisões foram prejudiciais no controle da pandemia, principalmente no que se diz a respeito de uma gestão pública qualificada no plano federal, o que só demonstrou que não havia por parte do governo políticas públicas emergenciais efetivas. Não apenas a troca de ministros, mas colocar ministro general sem qualquer relação com a área da saúde, sem qualquer estratégia clara de políticas públicas de saúde, como é o caso do ministro Eduardo Pazuello, e colocar outro general como ministro da Casa Civil do Brasil, Walter Braga Netto, como coordenador do comitê de enfrentamento à covid enquanto estava no cargo,

²⁰ Diretrizes para o tratamento farmacológico da COVID-19. Consenso da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, da Sociedade Brasileira de Infectologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2020. Disponível em: <<http://rbti.org.br/artigo/detalhes/0103507X-32-2-1>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

²¹ Não há evidências que cloroquina seja eficaz em prevenção ou tratamento da Covid-19, alerta pesquisador da Unicamp. 2020. UNICAMP. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/21/nao-ha-evidencias-que-cloroquina-seja-eficaz-em-prevencao-ou-tratamento-da?fbclid=IwAR0qT3uuqZVdh9i06if9uicVXuv638Q82ZPVbOneL1mp4w-VB6H8Wt6iOYw>>. Acesso em: 09 de Mai. 2022.

complementa a negligência desse governo em um momento tão delicado²².

De modo geral, profundas incompetências desse governo: minimizou as recomendações da OMS - Organização Mundial da Saúde como no uso obrigatório de máscaras e ir contra o lockdown e o toque de recolher nos estados, inclusive fez da crise sanitária um fator político e pessoal para criar um revanchismo entre estados e municípios da federação, defendeu a manutenção das atividades contra o isolamento social, inclusive houve uma falta de regularização do isolamento, fez uma intermediação insatisfatória as políticas de assistência social com o “Auxílio Emergencial” através de aplicativos digitais o que gerou confusões, dificuldades e consequentes aglomerações nas agências da Caixa, entre outros (BEZERRA, 2021, p.72). Não há como negar que todos esses fatores colaboraram para uma crise sanitária do Sistema Único de Saúde (SUS) que já vinha sendo corpulenta ao longo dos anos (NOGUEIRA; ROJAS, 2021, p.147).

A existência do Sistema Único de Saúde (SUS) de caráter universal é um direito de todos e um dever do Estado, através de políticas sociais e econômicas, estabelecido institucionalmente pela Constituição de 1988, sendo um dos pilares dos direitos sociais, que é o direito à saúde. Todavia, desde o momento da sua constituição, houveram muitos empates entre relações de política, saúde e interesses de classes, muito oriundo da ideia de subfinanciamento do projeto, vinculado à dívida pública brasileira, demonstrando até os dias de hoje uma longa dificuldade de fornecimento de recursos e um sucateamento dos serviços. Essa noção perpassa a logística das diferentes correntes de pensamento político, sejam eles mais “progressistas” e alinhados ao assistencialismo ou aos “conservadores” e contra reformistas (NOGUEIRA; ROJAS, 2021, p.146/147).

É relevante pontuar que com a criação do SUS temos um sistema extremamente complexo de redes intra e inter-regionais de equipamentos de saúde e profissionais instalados nos mais diversos territórios brasileiros, inclusive onde sistemas de serviços privados de assistência à saúde não chegam, como nas áreas rurais e ribeirinhas. Isso não traduz que à iniciativa privada não possa participar como fator complementar do SUS por contratos públicos ou convênios, contudo, as tocantes devem ser gerenciadas por políticas estatais. Esses arranjos configuram e perpassam os governos desde Fernando Henrique Cardoso (FHC) às parcerias público-privadas pela Reforma Estatal de 1995, e consequentemente intensificada nos governos do PT. O negacionismo e a visão

²² Covid-19: “Troca de ministros é sintoma de doença mais grave”, afirma especialista em saúde coletiva. 2021. HUMANISTA. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2021/03/25/covid-19-troca-de-ministros-e-sintoma-de-doenca-mais-grave-afirma-especialista-em-saude-coletiva/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

anticientificista do governo Bolsonaro, traz dificuldades na gestão de saúde pública e agravam a crise sanitária (NOGUEIRA et al., 2021, p.149).

O subfinanciamento e desfinanciamento dos recursos necessários para administrar a complexidade do atendimento do SUS, que engloba desde serviços de média complexidade como exames e diagnósticos, até alta complexidade como cirurgias e transplante de órgãos, serviços de emergências, atenção hospitalar, equipamentos, profissionais. Toda essa montante desde o início da constituição do SUS em 1990 com o objetivo orçamentário era de realocar 30% dos recursos da Seguridade Social para a saúde, o que nunca aconteceu, e continua sendo subsidiada pela permanência da insuficiência de recursos, seja porque eles não foram aceitos dentro da Receita Corrente Bruta (RCB), ou por mudanças no financiamento durante a Emenda Constitucional 86/2015 que perdia R\$ 9,2 bilhões em recursos, ou durante o governo Temer com a perda de R\$ 20 bilhões com a Emenda Constitucional nº 95/2016 (NOGUEIRA et al., 2021, p.150).

Como esperado, a crise sanitária se intensificou durante a pandemia e foi sentindo o impacto mais forte do subfinanciamento e desfinanciamento do SUS. Nesse sentido, a preocupação estava em recurso para administrar os serviços emergenciais: quantidade de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), quantidade de testes, aumento de profissionais, falta de aparelhos essenciais como respiradores, abertura de hospitais de campanha, desenvolvimento, distribuição e aplicação de vacinas. Um desses casos críticos foi do colapso hospitalar na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, o que posteriormente um documento comprovaria que o governo havia sido avisado da falta de respiradores um mês antes da crise e não tomou nenhuma ação²³.

Dentre todas essas problemáticas do negacionismo e construção de uma necropolítica²⁴ desse governo, o contorno ao combate à pandemia surgiu inúmeras vezes do protagonismo dos estados, das decisões de governadores e prefeitos que se distanciaram do que propusera o presidente. Isso foi possível pois em 15 de abril de 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os governos dos estados e municípios poderiam determinar suas medidas restritivas e de combate à disseminação do vírus. Assim, foi como de certa forma minimizar danos, as medidas do presidente perdiam força frente às decisões

²³ Governo sabia da falta de respiradores um mês antes de crise em Manaus. Carta Capital. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-sabia-da-falta-de-respiradores-um-mes-antes-de-crise-em-manaus/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

²⁴ Termo desenvolvido por Achille Mbembe, é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Nesse sentido, os Estados utilizam do seu poder e de discursos para provocar a destruição de grupos específicos (minorias sociais). Disponível em: <<https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

dos governos subnacionais (SANTANA; PEREZ; NASCIMENTO, 2021, p.12).

É de conhecimento que a execução das políticas públicas de saúde estão concentradas na esfera subnacional e a União detém a responsabilidade de financiar essas políticas através dos recursos aprovados no Congresso Nacional, isso possibilitou que as posições dos entes subnacionais ajudassem no controle, mas se observarmos os números de vítimas constatamos que eles sozinhos não preenchem a contenção da doença (SANTANA et al., 2021, p.13). Mesmo com os devidos esforços, não apenas no âmbito da saúde, mas a tentativa de oferecer seguridade social com o Auxílio Emergencial, é inegável que a característica mais marcante da sociedade brasileira, a desigualdade social, iria se tornar mais preocupante com a vulnerabilidade que a pandemia trouxe.

A esperança para a diminuição de casos e vítimas se encontrou desde o início da pandemia no desenvolvimento de uma vacina eficiente. Com a rápida disseminação do vírus SARS-CoV-2, houve uma mobilização global de cientistas para produzir um imunizante que fosse eficaz, dentre eles estão as empresas farmacêuticas como Pfizer/BioNTech, Moderna, Gamaleya, AstraZeneca e Sinovac, sendo as três últimas vacinas que puderam ser produzidas aqui no Brasil em parcerias, possuindo cada qual sua taxa de eficácia. No dia 17 de janeiro de 2021 é marcada como a data do início da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Brasil, a data foi um ponto de esperança após uma demora nas negociações de compras das vacinas pelas autoridades brasileiras.

O Brasil que é pioneiro na incorporação de um rol extenso de imunobiológicos no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Programa Nacional de Imunização (PNI) referência no mundo todo²⁵, somado a extensa rede de atendimento em todo o território e uma cultura de vacinação, mesmo com diversas *fake news*²⁶ sobre os efeitos colaterais da vacinação e um movimento de antivacina, conseguiu ainda no seu primeiro semestre de 2021 vacinar 96 milhões de brasileiros pelo menos com uma dose da vacina e com esse efeito ter registrado uma queda de 40% das mortes por Covid-19²⁷. Até o presente momento que escrevo esse trabalho, atingimos o percentual de 77,9% de pessoas totalmente vacinadas, 166 milhões de pessoas totalmente vacinadas e 437 milhões de doses

²⁵ Após início trágico, vacinação no Brasil avança e é destaque no mundo. Correio Braziliense. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4955472-apos-inicio-tragico-brasil-avanca-no-programa-de-vacinacao-contra-covid.html>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

²⁶ Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. IstoÉ. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

²⁷ Esses dados foram fornecidos pela plataforma Localiza SUS, do Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/se/demas/localizasus>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

aplicadas²⁸.

Quanto à gestão dos governos foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para investigar as irresponsabilidades em salvar vidas e as irregularidades durante o enfrentamento da pandemia. O relatório final e o trabalho da comissão encerrou no dia 26 de outubro de 2021, resultando no pedido de 80 indiciamentos em um documento elaborado durante seis meses que foram enviados aos órgãos de investigação, entre os nomes estava o do presidente Jair Bolsonaro e de ministros do seu governo²⁹. O documento incluía projetos para punir fake news e a criação de pensão para órfãos da pandemia, apesar disso, encontra-se um árduo caminho no processo de trâmites nos devidos órgãos, a reclamação dos senadores é que a Procuradoria-Geral da República (PGR) tenta impor dificuldades no processo³⁰, dizendo que não há provas das acusações, a PGR nega. Até o momento que escrevo, não há indiciamentos ou denúncias com base no relatório.

²⁸ Dados fornecidos pela Our World In Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=OWID_WRL>. Acesso em: 10 de Maio de 2022

²⁹ CPI da Covid aprova relatório final, atribui nove crimes a Bolsonaro e pede 80 indiciamentos. G1 Globo. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/26/cpi-da-covid-aprova-relatorio-atribui-nove-crimes-a-bolsonaro-e-pede-80-indiciamentos.ghtml>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

³⁰ CPI da Covid vê 'enrolação' da PGR; procuradoria diz que pediu ao STF para retirar sigilo das investigações. G1 Globo. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2022/02/23/cpi-fala-em-enrolacao-da-pgr-procuradoria-diz-que-pediu-ao-stf-para-retirar-sigilo-das-investigacoes.ghtml>>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.

PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL DURANTE A GESTÃO DE JAIR BOLSONARO

A partir do que já foi mencionado nos capítulos anteriores, a partir da década de 1980, tivemos uma série de avanços para as mulheres no que se diz respeito à políticas públicas. Entretanto, com as crises que o Brasil vem enfrentando ao longo dos anos é possível observar uma desaceleração dessa pauta na agenda política, principalmente com o país na beira de uma crise sanitária em meio a uma pandemia global. A ascensão das forças conservadoras no Brasil somada à uma vulnerabilidade social causada por uma crise econômica selaram o resultado da eleição presidencial de 2018, onde neste governo a promessa era não apenas um Estado mais fechado para o diálogo com os movimentos sociais, mas também é incentivado a própria contestação da legitimidade desses agentes como interlocutores (ALMEIDA; BELANÇON; CHAVE, 2019).

Sendo assim, neste último capítulo irei elucidar como Jair Bolsonaro chega à presidência como um líder de um movimento capaz de destruir políticas e políticos (AVRITZER, 2021) e como seu conservadorismo ideológico e anti-institucional afetaram as políticas públicas de gênero durante a COVID-19. Por fim, vou sintetizar alguns cenários a partir disto, visto que com o avanço da vacinação em massa, os retornos presenciais a vários setores vêm ocorrendo, e ainda durante esse ano teremos as eleições presidenciais.

3.1 A gestão do governo de Jair Bolsonaro pré-pandemia

Jair Bolsonaro elegeu-se com parte do seu eleitorado pautado na busca pelo combate à corrupção no país. Sua chegada ao poder trouxe uma protagonista já conhecida de políticas anteriores (Jânio Quadros, Collor): uma agenda liberal na economia. Contudo, além desse fator, o bolsonarismo, de acordo com Leonardo Avritzer (2021), coleciona outras características que preocupam, como: *a preocupação mínima com a governabilidade*, como exemplo as polêmicas nomeações para cargos importantes em seus ministérios e na forma que ele combateu a pandemia; *sua ampla base apoiadora* nas redes sociais, que o permite relativizar a oposição midiática que ele enfrenta, *e da sua relação de oposição e cooptação com o sistema político*, o que faz com que oposição a ele no Legislativo não se manifeste como forma de instabilidade política.

Durante a formação da sua equipe, inicialmente, Bolsonaro colocou em seus ministérios poucos ministros que tinham relações com partido ou que eram especialistas nas

devidas áreas, até o momento que escrevo ao todo o governo já passou por 33 trocas de ministros desde então e apenas três ministros seguem no governo desde a formação inicial. Entre as pastas com maiores números de trocas foram a Educação e a Secretaria-Geral, além do Ministério da Saúde citado acima³¹. Uma troca notável ocorreu recentemente no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, onde a polêmica Damares Alves que ficou desde o início do governo saiu do cargo para que a ex-secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto, assumisse. A suspeita é de que muitos ministros saíram para disputar as eleições deste ano³².

O descaso com ministérios ocorreu desde o início de seu mandato, em que Bolsonaro colocou em ministérios-chaves como o da Educação, da Mulher, Família e Direitos Humanos e do Meio Ambiente, ministros capazes de tensionar políticas públicas ou de criar tensões com burocracias dessas áreas, até mesmo desfazer políticas que já estavam pré-estabelecidas, criando conflitos com profissionais, organizações não governamentais ou organizações internacionais (AVRITZER, 2021). Ademais, com a eleição do presidente, o país veio se deteriorando nos últimos anos quanto à sua política externa, entre 2019 e 2020 tivemos uma desinstitucionalização da política externa (LOPES, 2021).

Os primeiros dois anos de mandato do presidente traduziu uma política exterior de relações preferenciais com determinados parceiros - Israel, Hungria, Polônia e Índia -, mas o enfoque especial era nos Estados Unidos, a adoração e compatibilidade ideológica e política com Donald Trump fez com que esse alinhamento ignorasse vetores diplomáticos, econômicos e tecnológicos, onde a gestão acabou favorecendo o governo Trump em detrimento de outras alianças estratégicas, efetuando concessões unilaterais aos EUA no campo militar, consular e comercial. Exemplo disso é o alinhamento entre Brasil e Israel-Estados Unidos nas Nações Unidas que aumentou aproximadamente 40% no ano de 2019, inclusive o voto brasileiro foi revisado a favor de Israel em nove tópicos da agenda a respeito da questão israelo-palestina, o que para o histórico diplomático brasileiro é bem incomum (LOPES, 2021).

Em um outro momento, o Brasil era agenciador de normas que apoiavam a

³¹ Apenas três ministros seguem no governo desde o início: Guedes, general Helene e Wagner Rosário. O Globo Economia. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apenas-tres-ministros-seguem-no-governo-desde-inicio-guedes-general-helene-wagner-rosario-1-25506549>>. Acesso em: 21 de Mai. 2022

³² Com trocas no primeiro escalão, governo Bolsonaro passa de três para uma ministra. G1. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/com-trocas-no-primeiro-escalao-governo-bolsonaro-passa-de-tres-para-uma-ministra.ghtml>>. Acesso em: 21 de Mai. 2022

igualdade civil em uniões homoafetivas e de defesa da multiculturalidade, no governo de Bolsonaro temos a formação da “Parceria pelas Famílias”, juntamente com Trump e líderes da Hungria e Polônia. Em relação a temática gênero, tivemos retrocessos dentro da política externa, em outubro de 2020, o Brasil assinou juntamente com outros 31 Estados, o Consenso de Genebra, que tutela os direitos reprodutivos das mulheres, além do país mudar os seus votos sobre a temática no Conselho de Direitos Humanos da ONU (LOPES, 2021).

Na economia, com o ministro Paulo Guedes, seguiu a tendência de reivindicar reformas através do “mercado” e em meio a crise do coronavírus seguia defendendo que a “economia não pode parar”³³ frente a indicação de especialistas por atividades remotas e *lockdown*³⁴. Durante a pandemia, buscou o apoio da população de baixa renda com a criação do Auxílio Emergencial e posteriormente, como extensão do auxílio e substituto do programa Bolsa Família, era desenhado o Auxílio Brasil. A troca desses benefícios financeiros a um curto prazo vinha com o objetivo de adquirir um “populismo de demanda” (AVRITZER, 2021).

A débil atuação do presidente durante a pandemia perpassa sua estratégia de desgoverno em dois elementos: as redes sociais e seu ministério no Congresso. Sua ampla base foi construída através de discursos divulgados nas redes sociais, e foi a partir delas que ele manteve a comunicação com seus apoiadores, degrada-se as instituições, os movimentos sociais, os especialistas por uma impressionante geração massiva de fake news, através delas consegue atacar partidos de oposição, o sistema político, o STF, reduzindo a legitimidade das instituições frente à população. Esses ataques criam um caldo de cultura apresentado nas manifestações de rua que pressionam e constroem as instituições e políticos a implementarem suas agendas (AVRITZER, 2021).

Quanto ao Congresso, de acordo com Avritzer (2021) a estratégia do presidente à instituições políticas é o que a cultura popular chama de “morde e assopra”, principalmente com o Centrão. Em resumo, desgasta, constrange e despreza as instituições políticas ao mesmo tempo que as coopta, utilizando o que elas têm de pior, sempre aberto para nomeações de segundo escalão. É o que o autor chama de tipo raro de associação não virtuosa e conservadorismo, do ideológico e anti-institucional, abandonando a premissa de um governo virtuoso em troca da ideia de destruir as estruturas sociais rígidas do Estado e de toda e qualquer base pública de políticas de esquerda.

³³ Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. CNN. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-causa-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 21 de Mai. 2022.

³⁴ Protocolo de isolamento que impede ou restringe o movimento de pessoas ou cargas em casos de ameaças.

Essa antipolítica transfigura as políticas públicas de cunho social, principalmente aqui com foco em gênero, pois cria-se um entendimento de preferências por intermédio do conservadorismo moral (BIROLI; QUINTELA, 2021). Toda a vida política e campanha do atual presidente Jair Bolsonaro foi construída em meio a uma crise política-econômica descrita no tópico 2.2, com essa instabilidade política devido às denúncias de corrupção, as mobilizações de conservadorismo moral e neoliberalismo que já em 2015 apareciam como oposição ao PT, mas não necessariamente em conjunto, agora se juntavam ao antipetismo e convocavam protestos, entre os três grupos de maior destaque, pode-se citar o Movimento Brasil Livre (MBL) com uma visão neoliberal do Estado, o VempraRua que defendia um Estado “eficiente e desinchado”, e o grupo Revoltados Online, que propagava os valores conservadores (QUINTELA, 2020).

Não tem como negar que essa junção foi o carrinho de mão que perpetuou o bolsonarismo. Nesse caso também é importante ressaltar a primazia de Bolsonaro com os evangélicos, sendo eles um grupo de crescente poder na política brasileira. Do ponto de vista institucional, desde a redemocratização, os evangélicos são atores engajados na participação política, principalmente através dos órgãos legislativos, são muito organizados em seu eleitorado no sentido de eleger os “seus”, a ideia de que “irmão vota em irmão”. Na Câmara dos Deputados, durante as eleições de 2018, pleitearam 84 deputados evangélicos eleitos para a 55ª legislatura. Em 2003, o Congresso Nacional começou a contar com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), a qual institucionalizou a famosa “bancada evangélica”, o que impulsionou mais ainda a sua atuação (QUINTELA, 2020).

O objetivo aqui não é criticar a religião ou a participação de religiosos na política, mas sim de explicitar que um grupo específico utiliza de uma moralidade “centrada na defesa da família patriarcal, da heteronormatividade e da vida”, para justificar que a política necessita de uma moral pública em sentido forte, ou seja, as crenças, valores e símbolos do universo simbólico religioso devem estar presentes na política, considerando que tudo que vai contra essa diretriz é ruim e não deve ter espaço político. Foram nesses grupos em particular que defendem a favor da família e dos valores tradicionais que Bolsonaro conseguiu parte de seu apoio, pois se apresentou como um representante desses princípios (QUINTELA, 2020).

Em seu primeiro ano de mandato e até pouco tempo antes da pandemia eclodir, toda essa logística de fortalecimento da família foi o que norteou a agenda e as políticas do governo Bolsonaro, tão visível que o nome foi incluído no Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos e também foi incluído no novo Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023,

chamado de Programa 5034 - Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todo. A ministra designada ao MMFDH inicialmente e que perpetuou até recentemente, foi Damares Alves, uma advogada, pedagoga e pastora evangélica, foi assessora da Frente Parlamentar Evangélica, além de fundadora do “Movimento Brasil sem Aborto”, que ao assumir afirmou que “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”³⁵. A agenda de defesa da família que antes não constituía uma pasta específica, agora passaria a ter na Secretaria da Nacional da Família, Bolsonaro em seu discurso inaugural frisou que a temática seria prioridade: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas”.

Essas “amarras ideológicas” seriam o apelo do bolsonarismo, enquanto expressão do neoconservadorismo, ao associar o PT e a partir dele toda esquerda e os movimentos sociais à degeneração moral e destruição da família (QUINTELA, 2020). As principais bandeiras da então ministra Damares Alves estavam em impedir a descriminalização do aborto e restringir o acesso do aborto legal, combater o que é visto como influência LGBTQI+ nas políticas públicas educacionais, assim como a “ideologia de gênero”. O MMFDH demonstra assim como tem se dado a aliança de evangélicos e católicos conservadores, como alicerces transnacionais importantes do conservadorismo (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Inicialmente, dentro da MMFDH, na recém criada Secretaria Nacional da Família, ficou à frente a jurista e advogada católica Angela Gandra, que apresentou-se contra ao direito do aborto em uma audiência pública no STF sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A criação da Secretaria Nacional da Família em 2019 colocaria em prática o objetivo em ter a família como base para estruturar, elaborar, consolidar e executar políticas públicas nacionais de família, e assim foi feito com a criação dos programas “Reconecte-se”, “Famílias Fortes”, “Selo da Empresa Amiga da Família”, “Observatório Nacional da Família”, além da criação de Organismos Municipais de Políticas Familiares (OMPF), entre outros (BIROLI; QUINTELA, 2021).

³⁵ 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. G1 Globo. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em: 22 de Mai. 2022

A organização dessa agenda da família de forma transversal é o resultado das alianças que deram sustentação à candidatura de Bolsonaro e agora ganham espaço amplo na pasta, sustentada pelo conservadorismo, da forma tradicionalista e anti pluralista das políticas do Estado. Com o termo família, as mulheres, a juventude e os direitos humanos ficariam acoplados a partir da perspectiva de vínculos familiares, dessa forma, as mulheres ficariam desvinculadas da abordagem proposta inicialmente de gender mainstreaming, ou seja, de combate a desigualdade de gênero de forma transversal, mesmo em políticas de redução da violência e ampliação da participação política (BIROLI; QUINTELA, 2021).

Apesar de durante o ano de 2019 ter vários projetos de lei em âmbito federal que visassem as mulheres, nem sempre são avanços se não dialogarem com os problemas cotidianos destas mulheres. De acordo com o jornal *Catraca Livre*, em 13 de novembro de 2019, o presidente publicou um decreto que tirava a responsabilidade do Estado na manutenção das Casas da Mulher Brasileira, a justificativa era de que elas funcionavam em apenas seis estados (Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Maranhão, Ceará, Paraná, Roraima e São Paulo) e tinham um custo muito elevado. Neste mesmo decreto, a palavra “gênero” foi excluída, não possuindo nenhuma referência às violências de gênero, reduzindo o serviço apenas às mulheres cis.

Quanto à descriminalização do aborto, ainda em março de 2019, a Revista Pública fez um levantamento que indicava que apenas 2 das 13 senadoras eram contra a PEC que prevê a “a inviolabilidade da vida “desde a concepção””. Temáticas como educação sexual para adolescentes também foi alvo de críticas quando o presidente mandou recolher a “Caderneta de saúde da adolescente” para reedição e sugeriu que aos pais que rasgassem as páginas onde estão as ilustrações mais incômodas, estas dedicadas a explicações sobre educação sexual³⁶.

Em relação à violência contra mulher, de acordo com o *The Intercept Brasil*, em 2015 o governo federal contabilizava R\$34 milhões em recursos para o atendimento de mulheres em situação de violência, já em 2019, forneceram R\$194 mil. Um dos principais programas voltado para as vítimas de violência doméstica e sexual, a Casa da Mulher Brasileira, onde reuniria em um só local serviços humanizados e especializados como delegacia, juizado, ministério público, defensoria pública e atendimento psicossocial, não

³⁶ Movimento de aids considera crime e retrocesso a decisão de Bolsonaro de retirar Cartilha do Adolescente de circulação. Agência de Notícias da AIDS. 2019. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/movimento-de-aids-considera-decisao-de-bolsonaro-sobre-cartilha-do-adolescente-um-crime-e-retrocesso-na-luta-contra-novas-infeccoes/>>. Acesso em: 22 de Mai 2022.

recebeu nenhum tipo de execução em 2019³⁷. De acordo com o Estadão, o orçamento da Secretaria da Mulher também foi reduzido entre 2015 e 2019, de R\$119 milhões para R\$5,3 milhões. Isso tudo ocorrendo em um ano onde os casos de feminicídio aumentaram em 7,3%³⁸.

3.2 A análise das políticas públicas de gênero em tempos de COVID-19

Nesse segmento, em decorrência da pandemia da COVID-19, as mulheres brasileiras enfrentaram muitos desafios para além da doença. Suas vulnerabilidades foram intensificadas dentro da *economia do cuidado*³⁹ visto que são sobre as responsabilidades das mulheres que recai o cuidado das crianças e dos idosos, bem como as inúmeras tarefas domésticas, de limpeza e de alimentação, além de serem a maioria nos serviços do sistema de saúde, como enfermagem, por exemplo (MALAVER-FONSECA; SERRANO-CÁRDENAS; CASTRO-SILVA, 2021). De acordo com a CEPAL em parceria com a ONU Mulheres, da América Latina, o Brasil é o terceiro país em que mulheres de forma mais expressiva tem seu tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado⁴⁰.

O isolamento forneceu perigo aos casos de violência doméstica do tipo física/e ou sexual, pois as vítimas agora estavam obrigadas a conviver com seu agressor, uma vez que a violência é cometida especialmente boa parte por seus parceiros íntimos, os quais também responsáveis por 38% dos feminicídios⁴¹. Frente a isso, deveria-se aumentar as ações em serviços de proteção e prevenção à violência de gênero, porém de acordo com INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos em seu Balanço do Orçamento Geral da União 2020, com a alteração no ano de 2020 da execução do novo PPA tivemos algumas ações que foram excluídas e outras mantidas, como se pode ver na figura abaixo:

Figura 2: Alterações nos programas e nas ações orçamentárias | 2019-2020.

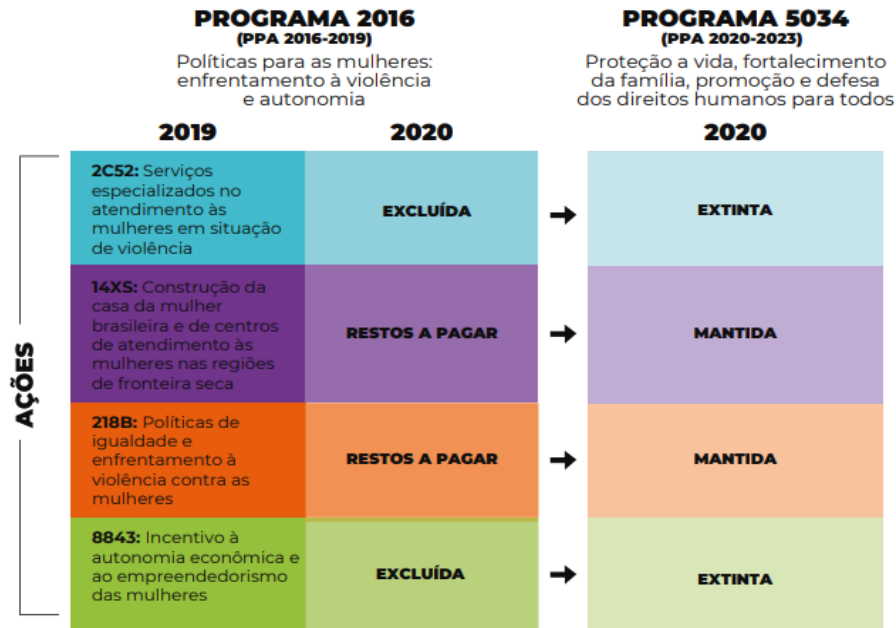
³⁷Governo federal corta R\$ 89 mi da verba de combate à violência contra mulher. 2022. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-femicidio-aumentam-73-em-2019-aponta-levantamento/>. Acesso em: 22 de Mai de 2022.

³⁸ Casos de feminicídio aumentam 7,3% em 2019, aponta levantamento. 2020. Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-femicidio-aumentam-73-em-2019-aponta-levantamento/>. Acesso em: 22 de Mai de 2022.

³⁹ Conceito que expõe trabalhos de cuidado desenvolvidos por mulheres sejam eles remunerados ou não, podendo não ser apenas trabalho físico, como o doméstico, mas muitas vezes trabalho de cuidado emocional, como se por mulheres serem “mais afetivas”, tivessem que servir com uma certa obrigação moral.

⁴⁰ CUIDADOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE EM TEMPOS DE COVID-19. EM DIREÇÃO A SISTEMAS INTEGRAIS PARA FORTALECER A RESPOSTA E A RECUPERAÇÃO. 2020. CEPAL. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45923/190821_pt.pdf. Acesso em 22 de Mai de 2022.

⁴¹ Dados fornecidos pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) - Violência contra as mulheres. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 22 de Mai de 2022.

QUADRO 1**Alterações nos programas e nas ações orçamentárias | 2019-2020**

Fonte: Siga Brasil, fevereiro de 2021
Elaboração: Inesc

Fonte: INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Além disso, segundo o INESC, quanto aos recursos para a produção de políticas públicas para mulheres em 2020, ano da pandemia da Covid-19, quando as mulheres estavam mais vulneráveis e os índices de violência mais elevados, o ano em que 1 em cada 4 mulheres brasileiras com mais de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência⁴², o MMFDH deixou de executar 70% do recurso autorizado para a realização de políticas para as mulheres. O gráfico a seguir sinaliza que dos R\$132,57 milhões autorizados no ano de 2020 para serem gastos com políticas para as mulheres, só foram executados efetivamente apenas R\$38,9 milhões. No ano de 2021, temos um aumento exponencial dessa execução, o maior durante os três anos de governo e de MMFDH, podendo estar associado boa parte pelo impacto positivo do controle social, da pressão dos movimentos de mulheres que levou a um requerimento de investigação junto à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e à abertura de um inquérito pelo Ministério Público Federal para investigar a baixa execução do Ministério⁴³.

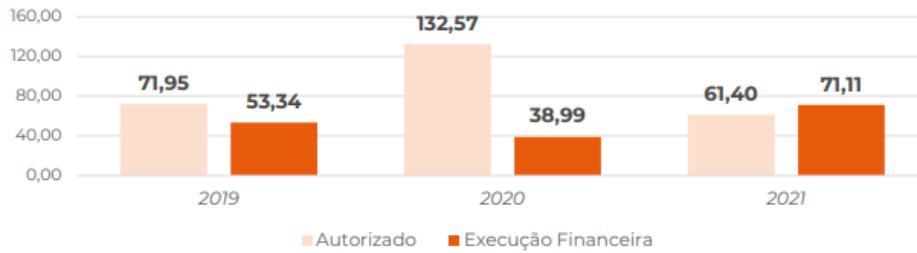
Gráfico 2: Orçamento das ações federais especificamente destinadas às mulheres | 2019 a 2021.

⁴² Dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁴³ Dados fornecidos pelo INESC, através do endereço: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-10-17/damare-inquerito-mpf-orcamento.html>>. Acesso em: 24 de Mai de 2022.

GRÁFICO 34

Orçamento das ações federais especificamente destinadas às mulheres | 2019 a 2021
valores em milhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021



Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos em 4 de fevereiro de 2022
Elaboração: Inesc

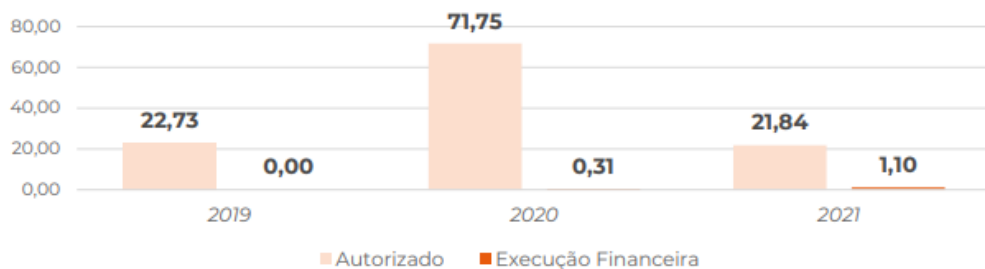
Fonte: INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Essa baixa no orçamento ou direções de repasse de recursos afetou programas estratégicos como as Casas Abrigo, construção de outras unidades e manutenção das Casas da Mulher Brasileira, o Disque 180, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, dos Conselhos da Mulher, entre outras instituições. No caso da Casa da Mulher Brasileira em específico, foi negligenciada de forma mais latente, o INESC apresenta dados de que de 2019 a 2021, dos orçamentos autorizados para execução, foi gasto apenas R\$1 milhão em 2021, acompanhando a execução de nenhum valor em 2019 e, em 2020, apenas R\$308 mil dos R\$71,7 milhões disponíveis.

Gráfico 3: Orçamento da Casa da Mulher Brasileira | 2019 a 2021

GRÁFICO 35

Orçamento da Casa da Mulher Brasileira | 2019 a 2021
valores em milhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2021



* Dados das Ação Orçamentária 14XS: Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às mulheres nas Regiões de Fronteira Seca

Fonte: Siga Brasil. Dados extraídos em 4 de fevereiro de 2022
Elaboração: Inesc

Fonte: INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

É importante frisar que o INESC ainda nos oferecem dados de que o MMDH recebeu créditos no valor de R\$ 137 milhões, para o enfrentamento da Covid-19, além de um Fundo Nacional do Idoso específico para a utilização durante a pandemia, mas nenhuma parte desse recurso foi alocada especificamente para as ações orçamentárias de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esses recursos para dimensão interseccional também não

chegaram a aparecer, pois foram diminuídos em 80% os recursos para as políticas de igualdade racial entre 2014 e 2019 e durante 2020, essa situação se agravou, onde não houveram praticamente nenhum recurso alocado para as mulheres negras e quilombolas, ainda que indígenas tenham recebido um socorro em forma de alimento, direcionados dos créditos da Covid-19.

Para 2022, o orçamento das políticas para as mulheres está 33% menor. O plano orçamentário do governo foi aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional, conta apenas com R\$6 milhões de recursos para as Casas da Mulher Brasileira, um corte de 70% comparado ao ano de 2021⁴⁴, R\$29 milhões serão usados para o Disque 100 e Ligue 180⁴⁵ e apenas R\$ 5,1 milhões para enfrentamento da violência e promoção da autonomia⁴⁶.

Durante uma entrevista com a Dra. Deisy Ventura (2021)⁴⁷, consultora dos temas relacionados à pandemia da Sala de Coordenação e Resposta à Covid-19 (SACROI-Covid-19) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ela explica que as ações do governo que não eram ações de propagação do vírus invariavelmente eram reações à pressão de outros atores, ou seja, mesmo no plano da assistência, quando o governo agia espontaneamente, ele agia sempre pela propagação e de forma tardia e insuficiente. Para o INESC, as medidas federais necessárias para promover a equidade de gênero não tido bons resultados, isso foi explicitado no Relatório da CPI do Femicídio no Distrito Federal, que apurou como a complexa rede de atendimento às mulheres (Polícias, o Judiciário, o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a educação) não está atingindo seus objetivos e a principal causa disso é pelo fato de que os recursos federais não chegaram ou quando chegaram aos estados e municípios foi com atraso e de forma insuficiente.

No ambiente internacional, em 2021, o governo Bolsonaro não assinou a declaração do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU), que visava um compromisso entre os países de realizar ações à saúde feminina no combate a Covid-19 para diminuir “as desigualdades históricas”⁴⁸. Com relação aos direitos sexuais e reprodutivos, o Brasil se

⁴⁴ Para 2022, o orçamento das políticas para as mulheres está 33% menor. O plano orçamentário do governo foi aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. 2022. Instituto Justiça de Saia. Disponível em: <<https://www.justicadesaia.com.br/para-2022-o-orcamento-das-politicas-para-as-mulheres-esta-33-menor-o-plano-orcamentario-do-governo-foi-aprovado-em-dezembro-pelo-congresso-nacional/>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁴⁵ Dados fornecidos pelo Gênero e Número na sessão stories do blog.

⁴⁶ Dados fornecidos pelo INESC.

⁴⁷ Entrevista com Deisy Ventura. 2021. Monções. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/15254/8179>>. Acesso em: 22 de Mai 2022.

⁴⁸ Bolsonaro não adere declaração da ONU pelo direito das mulheres. 2021. Amazônia Real. Disponível em:

alinhou durante o período da pandemia às posições de estados ultraconservadoras como Estados Unidos durante o governo de Donald Trump, Egito, Húngria, Indonésia e Uganda para assinarem uma declaração denominada Declaração do Consenso de Genebra sobre Promoção da Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, o qual o objetivo deveria ser promover a saúde da mulher. Contudo, o título da Declaração não mencionava a palavra “direitos” e, muito menos o seu conteúdo, que apenas seguia perpetuando a diretriz conservadora, religiosa e heteronormativa de família, se tornando um tipo de "manifesto" diplomático anti-aborto e pró-vida (MONTE; HERNANDEZ, 2021).

A antes ex-secretária nacional de políticas públicas para mulheres, e atual ministra do MMFDH, Cristiane Britto, seguiu a logística de defesa de família, indo contra a maré verde da descriminalização do aborto na América Latina, ampliando a atuação internacional do Brasil com as pautas de contra o aborto e em defesa da vida, a ministra foi aos Estados Unidos participar de dos eventos da ONU e da OEA buscando novas adesões ao Consenso de Genebra. Inclusive o país após a articulação com o governo da Colômbia, conseguiu que eles firmassem a adesão ao Consenso mesmo depois do judiciário da Colômbia já ter criminalizado o aborto. Angela Gandra, secretária nacional da família e Britto, comemoraram a adesão, a ministra disse que "todos os programas do governo, de toda a Esplanada, têm que ter a perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares". Gandra celebrou: “Para nós foi uma alegria, porque é um país que acabou de ter a Suprema Corte admitindo o aborto com seis meses. Isso mostra que o governo está forte para mostrar que é pro-vida e pró-família”⁴⁹.

Lembrando que no Brasil o aborto é legal em três casos: a gravidez resultado de um estupro, risco de vida à gestante e malformação do cérebro do feto, ainda sim nem sempre é possível ter um suporte, visto que muitas meninas e mulheres precisam viajar longas distâncias para terem atendimento, devido ao número pequeno de lugares que prestam esse serviço no país, fazendo com que muitas escolham lugares não regulamentados e de forma insegura, oferecendo muitos riscos pra vida da mulher. Durante o ano de 2021, 100% dos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados foram contrários à interrupção da gravidez, muitas vezes até em casos previstos por lei⁵⁰.

<<https://amazoniareal.com.br/bolsonaro-nao-adere-declaracao-da-onu-pelo-direito-das-mulheres/>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁴⁹ Líder pró-família no mundo, Brasil busca novas adesões a tratado contra aborto. 2022. Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lider-pro-familia-no-mundo-brasil-busca-novas-adesoes-a-tratado-contraborto/>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁵⁰ Aborto legal na mira: 100% dos projetos de lei na Câmara dos Deputados em 2021 são contrários à interrupção da gravidez. 2021. Gênero e número. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/aborto->

Outra decisão polêmica sobre o assunto, foi que dias após a realização do aborto da menina de 10 anos capixaba vítima de estupro, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 2.282/2020 que violava a obrigação dos profissionais da saúde com o sigilo profissional e determinava a obrigatoriedade da equipe médica de informar sobre a possibilidade de realização de uma ultrassonografia para ver o feto/embrião, constante na Portaria, produzindo de forma velada uma tentativa de personificar o feto/embrião para a paciente a fim de não interromper a gravidez. Esta Portaria foi revogada com menos de um mês, para substituí-la veio a Portaria 2.561/2020 que manteve a quebra de sigilo, à denúncia às autoridades e acrescentou a necessidade de encaminhamento dos vestígios da violência à autoridade policial, à revelia do consentimento da mulher. Em janeiro de 2021 último, o Ministério da Saúde publicou uma Portaria (GM/MS Nº 78, de 18 de janeiro de 2021), que regulamenta a comunicação compulsória, às autoridades policiais, se ajustando à norma existente à Lei nº 13.931/2019. Essa nova portaria, entretanto, define que em alguns casos haja sigilo em relação aos prontuários e às identidades das vítimas, não deixando claro se esta portaria substitui a outra (ROSAS; PARO, 2021).

Outra decisão sobre políticas públicas para mulheres que indignou os movimentos sociais foi a de que Bolsonaro sancionava o projeto, que determinava a criação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, porém com restrições, vetando o artigo 1º, que previa a distribuição gratuita de absorventes higiênicos, e o artigo 3º, que estabelecia uma série de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre elas: estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública de ensino; mulheres em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social extrema; mulheres apreendidas e presidiárias, recolhidas em unidades do sistema penal; e mulheres internadas em unidades para cumprimento de medida socioeducativa⁵¹. O presidente utilizou o argumento de que o Congresso não previu a fonte de custeio das medidas, houve muito repúdio por parte da sociedade civil pelo veto, já que não contemplou todas as mulheres, o qual o objetivo do projeto era em diminuir a precariedade menstrual⁵².

O mais recente projeto que está causando debates é o projeto de lei que institui no Brasil o *homeschooling* (ensino domiciliar), é duramente criticado por profissionais da

legal-na-mira/>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁵¹ Bolsonaro veta distribuição gratuita de absorvente menstrual. 2021. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/07/bolsonaro-projeto-absorvente-feminino.ghtml>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁵² Bolsonaro veta distribuição gratuita de absorvente menstrual. 2021. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/07/bolsonaro-projeto-absorvente-feminino.ghtml>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

educação, isto envolve diversas discussões a nível internacional de movimentos que apoiam na responsabilidade das famílias o ensino dos seus filhos, no caso do Brasil, isso pode abrir espaço para que a denúncia da “ideologia de gênero” e dos vetos à educação social justifiquem a aprovação do projeto na Câmara de Deputados⁵³ (BIROLI; QUINTELA, 2021). É importante pontuar que o espaço da escola tem um papel importante para identificação dos casos de todos os tipos de violência contra meninas, e muitas vezes são espaços de acolhimento e a inserção das vítimas em processos humanizadores, outra questão que permeia é sobre o impacto direto que essa decisão tem na vida das mães solteiras trabalhadoras, sobretudo das famílias em situações precárias, o que vai perpetuar a baixa escolarização no país.

3.3 O que vem a seguir? Prospecção de cenários

A partir das análises realizadas através do conteúdo bibliográfico e dos dados apresentados durante o estudo podemos correlacionar os eventos que antecederam esses retrocessos nas políticas públicas para mulheres. O primeiro fator é de que a história da construção de políticas públicas para mulheres perpassaram muita luta e participação ativa dos movimentos sociais. O segundo é de que o Brasil vem enfrentando um período conturbado da sua história, a recessão econômica, a alta taxa de desemprego, milhares de pessoas vivendo em condições precárias e com fome, uma situação política crítica com uma descrença ao regime democrático, pioraram com o avanço e os contornos que a COVID-19 e sua emergência nos proporcionaram. O terceiro e último, é que na gestão de um líder conservador e que apoiou e construiu sua agenda política com base no moralismo religioso e nos valores tradicionais, tem como objetivo menor a construção de políticas públicas de gênero interseccionadas.

Quando tive a idéia e iniciei a escrita desse trabalho, o Brasil ainda não possuía nem metade da sua população com vacinação completa e todos os dados eram recentes. Hoje, enquanto escrevo a finalização desse trabalho, temos uma margem alta de pessoas vacinadas, e um sentimento de que tudo tenha acabado, mas não. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgou nesta quinta-feira (26/06/22), que os casos de COVID-19 estão crescendo em todas as regiões⁵⁴, e com o uso de máscaras em lugares fechados deixando de ser mais obrigatório,

⁵³ Artigo | Homeschooling: as trevas e a servidão ultraliberal. 2022. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/24/artigo-homeschooling-as-trevas-e-a-servidao-ultraliberal>>. Acesso em: 25 de Mai de 2022.

⁵⁴ Casos de Covid-19 crescem em todas as regiões do Brasil, aponta Fiocruz. 2022. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/casos-de-covid-19-crescem-em-todas-as-regioes-do-brasil-aponta>>

as atividades voltando ao modelo presencial muitas vezes sem os devidos cuidados, muitas vezes temos a falsa sensação de que o vírus simplesmente “deixou de existir”.

Com toda certeza, com a população vacinada, sentimos um alívio em poder retornar às atividades sem a constante preocupação, sempre com os cuidados necessários. Seriam as eleições presidenciais de 2022 o suspiro de alívio do caos político enfrentado nos últimos anos ou seria mais um motivo de preocupação? Com o ex-presidente Lula legível e com pré-candidatura lançada e com vice-presidente Geraldo Alckmin⁵⁵ e com Bolsonaro ainda sem lançar formalmente sua pré-candidatura⁵⁶, temos um embate dualista do que pode ser visto a seguir nos próximos anos, principalmente no que se diz respeito a agenda política dos candidatos e em qual posição as políticas com perspectiva de gênero se encontram.

Considerando as últimas pesquisas realizadas pelo Datafolha, Lula venceria no primeiro turno com 54% dos votos válidos, Bolsonaro ficaria com 30%⁵⁷. As duas candidaturas possuem protagonismos políticos de visões ideológicas opostas. A incógnita paira sobre a má governança por parte de Bolsonaro frente a pandemia e as incertezas da visão pública sobre o petista parte por conta da exposição da mídia brasileira pelos esquemas de corrupção parte por não acreditar no projeto político, a outra fica a cargo do sentimento de que o partido causou a crise econômica em 2015 (TRAVEZANI; NATALINO, 2022).

Não há como prever o que acontecerá e esse não é o objetivo desse capítulo. Esse capítulo apenas buscou identificar as diversas possibilidades contidas na crise atual. A hipótese otimista é que se recupere a crise econômica e assim a crise política também desaparecerá. Enquanto a hipótese pessimista é que não há formas materiais que consigam mais reverter as problemáticas econômicas do Brasil.

fiocruz/>. Acesso em: 26 de Mai de 2022.

⁵⁵ PT oficializa pré-candidatura de Lula à Presidência e lança Geraldo Alckmin (PSB) como candidato a vice. 2022. G1 do Jornal Nacional. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/07/pt-oficializa-pre-candidatura-de-lula-a-presidencia-e-lanca-geraldo-alckmin-psb-como-candidato-a-vice.ghtml>>. Acesso em: 26 de Mai de 2022.

⁵⁶ Após anunciar lançamento de pré-candidatura de Bolsonaro, PL recua e diz que ato é para incentivar filiações. 2022. G1. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/23/apos-anunciar-lancamento-de-pre-candidatura-de-bolsonaro-pl-recua-e-diz-que-ato-incentivara-filiacoes.ghtml> >. Acesso em: 27 de Mai de 2022.

⁵⁷ Pesquisa Datafolha para presidente: Lula tem 48%; Bolsonaro, 27%; Ciro, 7%. 2022. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-datafolha-para-presidente-lula-tem-48-bolsonaro-27-ciro-7/>>. Acesso em: 26 de Mai de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é surpresa pra ninguém que a implementação de políticas públicas específicas para mulheres ainda enfrentem muitas resistências culturais e políticas, contudo, em períodos de crise é comum que essas resistências sejam intensificadas, e isso é o que observamos nesse trabalho. Apesar de possuir certas limitações por conta do recorte temporal, é possível visualizar dados que nos propõem analisar a descontinuidade de algumas políticas. É necessário entender a partir disso que essa temática não é vedada, ela está em constante mudança, assim como o objeto desse estudo. Assim, a contribuição desenvolvida aqui trata-se de um arcabouço para somar ou complementar com outros debates acerca da produção de políticas e de como elas devem ser trabalhadas em períodos de crise.

Depois de discorrer um pouco sobre como os movimentos feministas surgiram e como as políticas públicas começaram a se desenvolver no Brasil, entende-se que as reivindicações surgiram em grande parte porque os coletivos de mulheres começaram a se indignar a desigualdade de gênero e procuraram na política uma forma de resolução das problemáticas enfrentadas pelas mulheres. Nos debruçamos em quais foram as conquistas dessas políticas de forma institucional, pensando que cabe ao Estado promover qualidade de vida para todos, enxergamos os primeiros passos institucionais e governamentais para construção do que é feito até os dias de hoje nos municípios e nos estados.

Exemplifiquei passo a passo de como a configuração política brasileira afetou a economia, e vice-versa, formando uma corrente de crises que geraram mais desigualdades sociais e mais incertezas com relação ao futuro. Incertezas essas duplamente carregadas com a descoberta do coronavírus e seu avanço rápido que acentuaram as vulnerabilidades e dificultaram a ampliação de outras políticas, senão à atenção prioritária a crise sanitária emergente que o país estava enfrentando. O que não justifica o descaso da gestão de Jair Bolsonaro antes da pandemia, em seu primeiro mandato, que desconfigurava muito das políticas e do que havia sido fornecido de assistência social, em sua gestão o foco perpetuou-se no mercado e nos valores tradicionais, pilares do bolsonarismo.

Todo esse contexto, pontencializou às análises aqui apresentadas, em grande parte, de retrocessos institucionais nas políticas públicas para as mulheres durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. As mais diferentes desigualdades pré-existent nos demonstram que há muitos desafios para serem vencidos e pouco esforço do Governo Federal em realizá-lo, principalmente quando o assunto é orçamento, o que nos faz refletir se os recursos

arrecadados pela União estão realmente servindo para garantir direitos as mulheres ou violá-los.

A inflexão sobre esse assunto é farta e ao depender de qual questão você quer procurar a resolução, se abre um leque de possibilidades do que pode ser feito, até porque a desigualdade de gênero, infelizmente, é um problema de herança da história brasileira. Como exposto, há uma certa compatibilidade desse governo de dar ênfase na temática da “valorização da família”, incluindo as mulheres unicamente aos papéis de mães, cuidadoras do lar, do espaço privado. Isso dificulta a ampliação de políticas públicas que ressignifiquem esses papéis impostos as mulheres e queiram transformar essa narrativa.

Com os movimentos feministas sendo colocados à margem nessa gestão e muitas vezes ridicularizados, se faz complexo que a atuação de pressão e reivindicações encontrem na pandemia o próprio impasse físico, de produzir mobilizações nas ruas. Todo esse processo, muitas das vezes, encontrou um caminho através das redes sociais uma forma de impulsionar seus carecimentos.

Concluo, que o futuro é incerto, o que temos é os custos do agora. A realidade está em que mulheres em todo o nosso país, principalmente mulheres negras e indígenas, enfrentam uma enorme vulnerabilidade. Desta forma, é necessário que haja ajustes institucionais, implementar programas que ajudem a reduzir os danos enquanto nos recuperamos das devidas crises.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Bruna S. de; PEREIRA, Matheus R. **O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro.** Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 7, Número 3, São Carlos, 2019, 8-35.
- AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** Sociedade e Estado, 2000, v. 15, n. 2, p. 303-330.
- ALMEIDA, Carla Cecília; BELANÇON, Milena Cristina; CHAVE, Karen Laís Barbero. **Institucionalização de Demandas Feministas no Brasil: uma Análise dos Organismos, Conselhos e Serviços Especializados para Mulheres nos Municípios.** Mediações, Londrina, v.24, n.3, p.184-199, set-dez 2019.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. **RESILIÊNCIA INSTITUCIONAL: para onde vai a participação nos Conselhos Nacionais de Saúde e dos Direitos da Mulher?** Caderno CRH, Salvador, v. 33, p. 01-24, 2020.
- ARRETCHE, Marta. **Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 33 nº 96 /2018.
- AVRITZER, Leonardo. (2021) Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Editora: Autêntica, 2021, p.7-14.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 2. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora F. (2021) Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Editora: Autêntica, 2021, p.320-332.
- BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora F. (2021) Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Editora: Autêntica, 2021, p.320-332.
- BORGES, André; VIDIGAL, Robert. **Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 1, jan.-abr., 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2008c. 104p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. 2013c. 236p..

CHERNAVSKY, Emilio; DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 3 (70), p. 811-834, setembro-dezembro 2020.

COMIN, Alvaro Augusto. **Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010.** In: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos[S.l: s.n.], 2015.

COSTA, Ana Alice A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Revista Gênero v. 5 n. 2 (2005): p. 01-20.

COSTA, Juliana A. da; SELIS, Lara M. R.; SOARES, Samuel A.(2009) De Afrodite à Melíade? O Feminismo nos Estudos de Segurança. In: MATHIAS, Suzeley K. (Org). **Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas forças armadas**, São Paulo: Editora Unesp, p.205-228.

CURADO, Marcelo. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula.** Economia & Tecnologia - Ano 07, Volume Especial - 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FARAH, Marta Ferreira S. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), p.127-142.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; MARCONDES, Mariana Mazzini; YOUSSEF, Laís Menegon; SILVA, Maria Camila Florêncio da. **Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015).** Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Brasília: ENAP, 2018.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** Revista QG Feminista, 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 10 de Abri de 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 2015.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve histórico do movimento feminista no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2022.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. ESQUISA & DEBATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GONZALES, Mariana. **Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos**. Revista Cult. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/#:~:text=Se%20vivemos%20uma%20quarta%20onda,na%20Coreia%20e%20na%20Pol%C3%B4nia.>>. Acesso em: 10 de Abri de 2022.

INESC. **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Brasília, abril de 2022.

INESC. **O Brasil com baixa imunidade: Balanço do Orçamento Geral da União 2019**. Brasília, abril de 2020.

INESC. **Um país sufocado: Balanço do Orçamento Geral da União 2020**. Brasília, abril de 2021.

JÚNIOR, José Carlos Martines Belieiro. **Política e economia no governo FHC: a questão dos economistas**. TÓPOS: v. 2, n° 1, p. 185-203, 2008.

LOPES, Dawisson B. (2021) Dois anos de uma política externa rudimentar. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. (Orgs). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Editora: Autêntica, 2021, p.208-218.

MALAVÉ-FONSECA, Luisa Fernanda; SERRANO-CÁRDENAS, Lizeth Fernanda; CASTRO-SILVA, Hugo Fernando. **La pandemia COVID-19 y el rol de las mujeres en la economía del cuidado en América Latina: una revisión sistemática de literatura**.

Estudios Gerenciales vol. 37, N.º 158, 2021, p.153-163.

MATOS, Marlise. **A Quarta Onda feminista e o Campo Crítico-emancipatório das Diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político.** 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014.

MONTE, Déborah Silva do; ANASTASIA, Fátima. **Entrevista com Deisy Ventura.** Revista Monções, Dourados, MS, V.10, Nº19, jan./jun. 2021, 2316-832.

MONTE, Déborah Silva do; HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. **Human rights foreign policy under Bolsonaro: pleasing the conservative constituency.** Revista VIDERE: Dourados–MS, V.13, n. 28, Set.–Dez. 2021, p.89-123.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia.** São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2020, 80 páginas.

PALMEIRO, Cecilia. **Ni Una Menos: las lenguas locas, del grito colectivo a la marea global.** Cuadernos de Literatura 23.46 (2019): p. 177-195.

PARODI, Camila; FINK, Nadia. **#NiUnaMenos: quando o mundo anda com os pés das mulheres.** Brasil de Fato. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/05/niunamenos-quando-o-mundo-anda-com-os-pes-das-mulheres>>. Acesso em: 10 de Abri de 2022.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira.** Estudos avançados: 31 (89), 2017.

PITANGUY, Jacqueline. **Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.** In: SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES, 2018, Rio de Janeiro. Série Anais de Seminários 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. P. 43-55. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018. P. 43- 55.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINTELA, Débora Françolin. **A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”.** 44º Encontro Anual da ANPOCS - SPG13 - Direitas no Brasil contemporâneo. 2020.

- RODRIGUES, Suzana. **Conheça a história do feminismo no Brasil**. AZMina. 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>>. Acesso em: 10 de Abri de 2022.
- ROSAS, Cristiano Fernando Rosas; PARO, Helena Borges Martins da Silva. **Serviços de atenção ao aborto previsto em lei: desafios e agenda no Brasil**. SxPolitics. 2021.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. **A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil**. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020, 50-77.
- SARAVIA, Enrique. Política pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientação para a leitura. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs). **Políticas públicas**. Brasília (DF): ENAP, 2007. (Coletânea, v.1)
- SILVA, Ana Amélia da; MESQUITA, Camile Sahb; TOKARSKI, Carolina Pereira; ALVES, Iara Cristina da Silva. **As políticas para mulheres do governo federal e a igualdade de gênero: uma pauta inadiável**. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental Vol. 16 no 1 Jan/Jun 2019.
- SILVA, Joasey P. A. da; CARMO, Valter M.; RAMOS, Giovana B. J. R. **As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas**. Revista de Direitos Humanos em Perspectiva: Encontro Virtual, v. 7, n. 1, p. 101 – 122, Jan/Jul. 2021.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez.

2012.

TRAVEZANI, Elóra; NATALINO, Plínio. **Eleições 2022: nostálgico futuro**. Revista Pet Economia Ufes. Vol. 4. Fevereiro, 2022.

WESTIN, Ricardo. **Para críticos do voto feminino, mulher não tinha intelecto e deveria ficar restrita ao lar**. Agência Senado. Arquivo S, Edição 86: Sociedade. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/para-criticos-do-voto-feminino-mulher-nao-tinha-intelecto-e-deveria-ficar-restrita-ao-lar>>. Acesso em: 10 de Abri de 2022.

WIBBEN, Annick T.R. Feminist methodologies and world politics. In: STEANS, Jill; TEPE-BELFRAGE, Daniela (Ed.). **Handbook on gender in world politics**. Edward Elgar Publishing, 2016, p.66-73.

ZAREMBERG, Gisela; ALMEIDA, Debora R de. **Blocking anti-choice conservatives: feminist institutional networks in Mexico and Brazil (2000–2018)**. International Feminist Journal of Politics, v. 23, n. 4, p. 600-624, 2021.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, 2021, p.01-23.